

# Revista Formadores

## *Vivências e Estudos*

Volume 9

Número 6

Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

# CAPOEIRUÇU:

*Que território  
é esse?*

# MOSAICO

*- Capoeirucu -*

# Revista Formadores

## *Vivências e Estudos*

MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9

Número 6

Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 ■ ONLINE

ISSN: 1806-5457 ■ IMPRESSA

### **EDITORA-CHEFE**

**Profa. Dra. Tânia Moura Benevides**

*Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual da Bahia*

### **CONSELHO EDITORIAL**

**Prof. Msc. Merlinton Pastor de Oliveira**

*Faculdade Adventista da Bahia*

**Profa. Dra. Selena Castelão Rivas**

*Faculdade Adventista da Bahia*

**Prof. Msc. Ricardo Costa Caggy**

*Faculdade Adventista da Bahia*

**Prof. Dr. Fabiano Leichsenring Silva**

*Faculdade Adventista da Bahia*

**Profa. Msc. Nubiorlândia Rabelo Pastor Oliveira**

*Faculdade Adventista da Bahia*

### **PESQUISADORES**

**Profa. Dra. Tânia Moura Benevides**

*Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade do Estado da Bahia*

**Prof. Msc. Ricardo Costa Caggy**

*Faculdade Adventista da Bahia*

**Prof. Msc. Adalene Sales**

*Faculdade Adventista da Bahia*

### **DIAGRAMAÇÃO**

**Elomar Xavier**

### **Website**

<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores>

# Revista Formadores

## *Vivências e Estudos*

MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9

Número 6

Dezembro 2016

### SUMÁRIO

#### EDITORIAL

##### CAPOEIRUÇU: QUE TERRITÓRIO É ESSE?

*Tânia Moura Benevides*

4

#### ARTIGOS

##### CAPOEIRUÇU: DE QUE "LUGAR" ESTAMOS FALANDO?

*Tânia Moura Benevides, Adalene Torres Barreto Sales e Elomar Xavier Amaro*

5

##### DESENVOLVIMENTO LOCAL, EMPREENDEDORISMO E MICROEMPRESAS: UMA ANÁLISE DOS FATORES CONDICIONANTES EM UM BAIRRO UNIVERSITÁRIO

*Elenides Bispo de Santana, Ricardo Costa Caggy e Williams Kleyton Rodrigues Ramos*

16

#### ENSAIOS

##### EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

*Ricardo Costa Caggy, Orlando Souza do Lago, Tiago Araújo dos Santos e Douglas Clemente*

28

##### SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL: A ESSÊNCIA DESTRUTIVA DO CAPITAL E A SUA INCONTROLABILIDADE

*Tânia Moura Benevides*

32

##### QUANTO A PSICOLOGIA SE APROXIMA DO POLÍTICO E DO SOCIAL: O CAMPO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

*Sidarta da Silva Rodrigues e Adalene Torres Barreto Sales*

40

## MOSAICO: CAPOEIRUÇU

### CAPOEIRUÇU: QUE TERRITÓRIO É ESSE?

Publicamos em junho de 2016 o Caderno Especial de Economia Criativa da Revista Formadores - Vivências e Estudos. Esse caderno teve por objetivo atender a uma demanda institucional, buscava-se à época viabilizar um espaço de publicação para informar a discentes, a docentes e a comunidade sobre os rumos e achados da linha de pesquisa Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional Sustentável. Após publicação, houve uma grande aceitação por parte da comunidade de Cachoeira e da FADBA. Verificamos que tal aceitação não se vinculava apenas ao fato do Caderno Especial de Economia Criativa publicar achados das pesquisas realizadas pelo grupo, mas, principalmente, por tratar de temáticas locais. Essa perspectiva reforçou, para os pesquisadores e para FADBA, a relevância dos estudos realizados no território do Recôncavo Baiano - com a comunidade e para a comunidade. Na prática, o subtítulo "*Mosaico*" passou a ser utilizado com frequência para fazer referência ao caderno e a linha de publicação, assim, em consonância com a linha editorial da Revista Formadores, com o direcionamento institucional e com os anseios da comunidade acadêmica local, optamos por substituir o nome do caderno, passando de "*Caderno Especial de Economia Criativa*", para "*Caderno Mosaico*". Essa decisão também se vincula ao fato de que as temáticas abordadas não dizem respeito somente a assuntos que versam sobre a economia criativa, que apesar de relevante, não figura sozinha num cenário tão rico como o do Recôncavo. Abre-se agora a possibilidade para a publicações de trabalhos desenvolvidos por diferentes grupos de pesquisa da instituição, da região e de qualquer outra localidade que tratem de assuntos relacionados ao Recôncavo Baiano, reforçando a importância e protagonismo do Núcleo de Estudos do Recôncavo em Administração e Negócios (NERAN).

O primeiro trabalho apresentado - Capoeiruçu: Que território é esse? - é um trabalho acadêmico que busca, a partir dos dados coletados pelos alunos do Curso de Psicologia [relacionados nas páginas 46 e 47], caracterizar o território de Capoeiruçu, em relação as dimensões políticas, econômica e sociais. No segundo artigo os autores fazem uma discussão sobre a correlação do empreendedorismo e o desenvolvimento local, sendo este trabalho uma análise dos fatores condicionantes em um bairro universitário.

São ainda apresentados três ensaios, que tratam de perspectivas distintas. O primeiro ensaio traz um questionamento sobre educação empreendedora. O segundo, analisa a interpelação entre capital, trabalho e Estado, demonstrando a articulação do sistema sociometabólico do capital. Por fim, o terceiro e último ensaio, discute a aproximação da psicologia em relação ao político e do social.

São textos que buscam, de forma primeira, a socialização do conhecimento.

Boa leitura!

Tânia Moura Benvides



# Revista Formadores

*Vivências e Estudos*

## MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9 Número 6 Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

**Tânia Moura Benevides**  
taniamoura2511@gmail.com

Graduada em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa (1996), especialista em Finanças Empresariais pela FGV (2000), mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador (2003) e doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2012). Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora horista da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Coordenadora pró-tempore do curso de Administração da UNEB.

**Adalene Torres Barreto Sales**  
adalene.sales@gmail.com

Mestre em Psicologia na área da Psicologia do Desenvolvimento Humano na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Docência do Ensino Superior: aspectos teórico-metodológicos pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela Faculdade Paulista de Ciências e Letras. Experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em atendimento a crianças, e projetos comunitários com ênfase em ações de mudanças comportamentais em saúde (saúde preventiva e reprodutiva, DSTs, AIDS). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia. Professora do curso de pós-graduação em Psicopedagogia e Estudos em Família da Faculdade Adventista da Bahia.

**Elomar Xavier Amaro**  
elomar.amaro@gmail.com

Graduado em Psicologia pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18  
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –  
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016  
Caderno Especial

## CAPOEIRUÇU: DE QUE “LUGAR” ESTAMOS FALANDO?

### RESUMO

Este artigo busca analisar o Distrito de Capoeiruçu, localizado no município de Cachoeira, como um lugar que preserva aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais que o caracteriza enquanto lugar. Para a construção metodológica partiu-se das pesquisas bibliográficas e documentais para a construção do embasamento teórico. Para as análises foram utilizados os dados da pesquisa de campo realizada pelo grupo de alunos do curso de Psicologia da FADBA, no escopo da disciplina de Psicologia Comunitária. Os resultados da pesquisa exploratória apontam para uma caracterização de Capoeiruçu como um lugar geográfico com fraca preservação dos aspectos culturais, pois sua história e identidade cultural foram pouco preservadas, colocando-se de forma subordinada nos aspectos políticos e econômicos.

### PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento. Desenvolvimento local. Território.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre os conceitos de lugar, desenvolvimento e território. Aqui, parte-se da premissa de que a articulação entre esses conceitos pode ajudar a melhor caracterizar localidades, neste caso o Distrito de Capoeiruçu, destacando a importância do material e simbólico na construção do espaço urbano.

Para Serpa (2012), o conceito de lugar, é trabalhado em diferentes perspectivas. São espaços de existência, enquanto fenômenos da experiência humana; são fontes de autoconhecimento e responsabilidade social, quando se considera que é no lugar que ocorrem as diversas experiências que se relacionam de modo particular. Assim, as trocas, as direções e as distâncias

constituem a existência do lugar quando há identificação e imbricamento de três componentes: traços físicos, atividades e funções.

Nesse trabalho, parte-se da seguinte perspectiva de Serpa (2012) sobre os lugares – lugares são versões dos processos de reprodução do capital. Sendo assim, lugar é um *locus* de reprodução da vida cotidiana que vai sendo permeado pelas diferentes visões de mundo e diferentes ideias de cultura. As lógicas econômicas e políticas, de caráter extra local, na maioria das vezes, o hierarquiza. No lugar, as experiências enraizadas na vida cotidiana são sobrepostas pelos valores e conteúdos hegemônicos.

Entendendo lugar como uma representação urbana, Santos (1994 apud SERPA 2012, p.100) diz que o lugar reflete e condiciona a reprodução das relações: sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas análises e escalas, relacionando espaço e sociedade. A cidade é, nos países desenvolvidos, um instrumento de acumulação de recursos e de poder, mas nos países subdesenvolvidos é apenas um instrumento de levantamento de riquezas, criando descontinuidades, explicando as diferenças no espaço nacional, regional e local. São diferenças espaciais e sociais (SANTOS, 2010).

Ao avaliar Capoeiruçu, Distrito de Cachoeira, localizado no Recôncavo Baiano, observa-se que esse “lugar” possui muitas especificidades que se vinculam ao território, as relações de troca e a sua história. Aspectos que se reconfiguram a partir da reprodução de um contexto macro, externo, imposto e hegemônico. Trata-se de um contexto de inserção desigual, onde a urbanização ocorre motivada pelos aspectos demográficos e não motivada pelas mudanças tecnológicas. Santos (2012, p.109), explicita que “a cidade dos países subdesenvolvidos aparece muitas vezes como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo”.

Entendendo Capoeiruçu enquanto “lugar”, a partir de uma análise circunscrita a desenvolvimento territorial, esta pesquisa tem a seguinte questão de partida: **Em que medida Capoeiruçu pode se configurar como um “lugar” no Recôncavo Baiano e como se caracteriza o processo de desenvolvimento no território?**

Para responder a tal questionamento o estudo tem como objetivo geral caracterizar o Distrito de Capoeiruçu nas dimensões política, econômica e cultural, entendendo-o como um lugar localizado no Recôncavo Baiano. Como objetivos específicos define-se: caracterizar a população local em relação a algumas dimensões sociodemográficas; caracterizar a forma de atuação dos diferentes níveis do poder público em relação as suas responsabilidades; prover subsídios para trabalhos que aprofundem esta discussão em relação a outras dimensões relevantes à compreensão do território.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de explicitar a importância do entendimento das especificidades dos “lugares” que podem ser reforçadas para favorecer o enfrentamento da homogeneização imposta pela lógica hegemônica. O Recôncavo Baiano, um dos focos de atuação do atual governo do Estado, é hoje reconhecido como um espaço de grande abandono. Entretanto, guarda aspectos geográficos e históricos importantes para o favorecimento de experiências cotidianas que constrói um enredo particular, singular e diferenciado. Além disso, espera-se gerar socialização junto à comunidade acadêmica, moradores e lideranças locais.

Na construção deste trabalho, além desta introdução, apresentam-se reflexões relativas ao conceito-chave que ancoraram a pesquisa de campo realizada – desenvolvimento, território e lugar. A seção três

apresenta o percurso metodológico trilhado, sendo sucedida da análise dos resultados. Nas considerações finais, são realizadas as sínteses analíticas dos principais resultados, assim como são apresentadas possíveis linhas de continuidade às discussões aqui travadas.

## 2. DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E LUGAR: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL

O desenvolvimento deve ser analisado a partir de uma perspectiva multidisciplinar, que incorpore os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, dentre outras. Apesar da relevância da dimensão econômica, esta não pode ser a única contemplada na análise que envolve o conceito de desenvolvimento, principalmente por aceitar o posicionamento de Santos (2010) quando diz que a não integração do território impede a livre circulação dos elementos da economia – capitais, bens e homens – e freia o desenvolvimento, dando ao “lugar” um papel especial, específico e original.

O território pode ser entendido, conforme Haesbaert (2007), por distintas concepções que se originam de olhares específicos de cada uma das áreas de estudo que se debruçam sobre a discussão deste importante tema na contemporaneidade.

Já “lugar” pode ser entendido como um fenômeno da experiência humana, que deve ser estudado como um lugar onde as experiências se articulam de modo particular, ou seja, onde se concretizam fenômenos através das trocas, direções e distâncias (SERPA, 2012).

Pensar em uma articulação entre esses três conceitos é pensar em uma possibilidade de entendimento para o funcionamento de determinadas regiões, aqui nesse estudo, Capoeiruçu.

Para Lopes (2015) o desenvolvimento pode ser pensado a partir de diferentes modelos teóricos. Para o autor, na teoria evolucionária neoschumpeteriana, o desenvolvimento das firmas serve para explicar os diferenciais de desenvolvimento das nações. Cita Carlota Pérez e Christopher Freeman em relação às suas propostas, ou seja, interpretar o desenvolvimento a partir das grandes inovações que acontecem nos países capitalistas, levando-se em consideração os ciclos econômicos, identificados por Nikolai Kondratieff<sup>1</sup> nos anos 1920, a teoria dos autores trata das inovações radicais, sendo elas as responsáveis pelas ondas longas de crescimento que duram cinco ou seis décadas. Nessa perspectiva Lopes (2015) diz que a revolução tecnológica e o novo paradigma tecnoeconômico serão essenciais na compreensão do que leva os países a um salto qualitativo de desenvolvimento, levando ao entendimento quanto a possibilidade de convergência entre os níveis de crescimento dos países desenvolvidos (líderes) e em desenvolvimento (seguidores).

[...] devido às diferenças de produtividade, existem possibilidades de os países avançarem (*forging ahead*) e alcançarem os desenvolvidos (*catching up*). Por outro lado, muitos podem ser ultrapassados

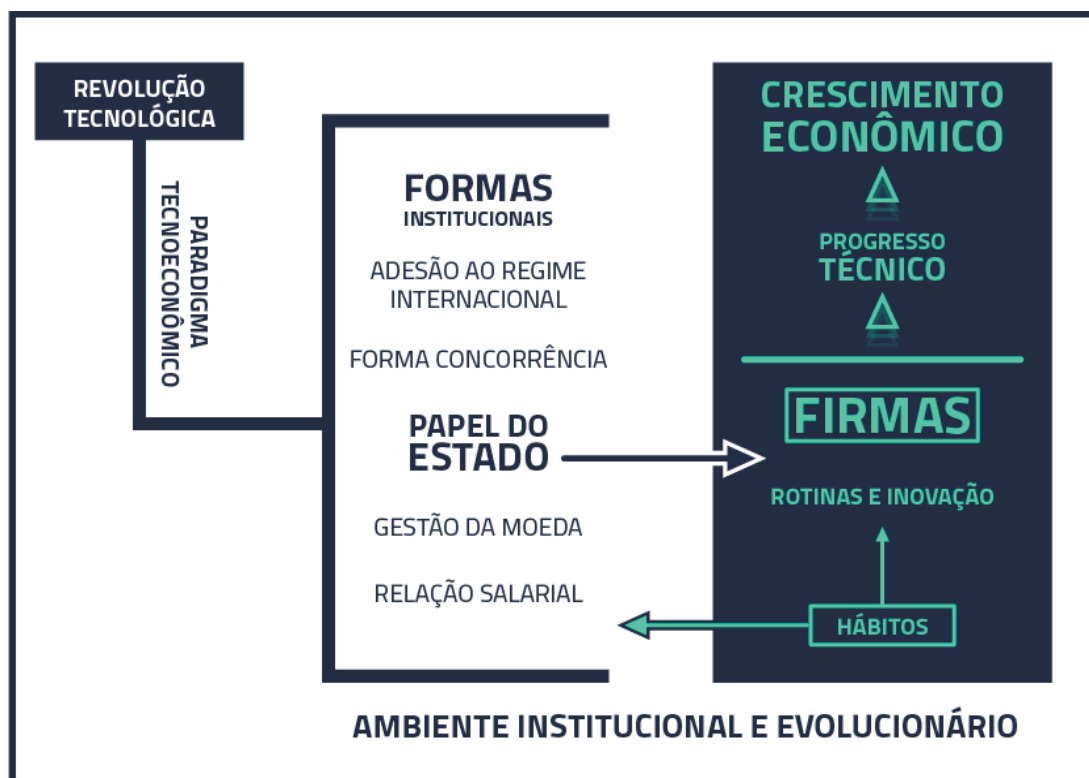
**1** Nicolai Kondratieff foi um economista soviético engajado na Revolução de 1917 e executado em 1938. Criou um modelo teórico que explica a economia do mundo - Ondas de Kondratieff. Nesse modelo o modo de produção capitalista vive ciclos de 70 anos. São quatro os ciclos: a primavera, que é marcada por um período de crescimento com inflação de uns 25 anos - desemprego cai, salários e produtividade crescem, com a bonança vêm cobranças de ordem social; o verão que fala do limite do crescimento – não há mais recursos a explorar – humanos e materiais. As tensões após este período de crescimento culminem com uma guerra; o outono, que é marcado por um período de crescimento moderado. É um período em que inovações tecnológicas levam ao sucesso de algumas indústrias pontuais e o consumismo permeia a sociedade; e o inverno, onde a economia enfrenta seus limites, mas, desta vez, sendo o impacto mais violento. É quando acontecem as depressões. Uma guerra mais intensa aparece no fim deste período (FÓRUM MONITOR FINANCEIRO, 2016).

(*falling behind*) e ficarem excluídos da onda de crescimento em curso. Nos trabalhos de Carlota Perez, o que determina o avanço dos países é a sua capacidade em aproveitar as janelas de oportunidade que se abrem em cada revolução (LOPES, 2015, p.383).

Ainda em Lopes (2015), apresenta-se a teoria da regulação (TR) que explica as crises e as regularidades do modo de produção capitalista, que viabilizam, ou não, a continuidade da acumulação de capital. A TR surge a partir dos problemas observados nas economias capitalistas nos anos 1970 (estagflação) para estudar os problemas e as regularidades que acontecem ao longo da reprodução do capital. Enquanto a teoria do crescimento permite uma integração dos fenômenos que se processam no plano micro e macroeconômico.

Na TR a coerência micro e macroeconômica mantêm a estabilidade e o crescimento, em conformidade com as características da acumulação de capital em vigor. As formas institucionais são tratadas como as relações fundamentais do modo de produção capitalista, sendo elas: a forma de competição, a gestão monetária, a relação salarial, a forma de estado e de inserção no regime financeiro internacional. As formas institucionais, então, representam a forma como o Estado [nação] regulamenta suas atividades macroeconômicas, captando as regularidades do nível microeconômico e as transportando para o plano macro. Assim, na TR relaciona-se a forma de organização da produção e o desempenho econômico (LOPES, 2015).

Para Lopes (2015) o desenvolvimento tecnológico, a inovação e as rotinas são altamente dependentes da forma de regulação do sistema, que ocorre a partir configuração das formas institucionais, sendo assim importante observar como as regularidades que se processam no plano micro, e se manifestam no plano macro, afetam o desenvolvimento, conforme **figura 1**.



**Figura 1 – Crescimento Econômico**  
 Fonte: Adaptado de Lopes (2015)

Nessa perspectiva o desenvolvimento acontece no plano macro, a partir das interações microeconô-



micas, pois é no interior das firmas que se desenvolvem as inovações capazes de proporcionar uma melhor posição de mercado. Nesse sentido, as inovações são influenciadas pelos hábitos compartilhados dos indivíduos envolvidos no processo produtivo e pertencentes a sociedade – estabilidade dos comportamentos e propensão à inovação – dependendo dos incentivos ao progresso técnico. Há aí um processo de retroalimentação entre firmas e Estado “[...] o estado aparece com papel decisivo, pois pode definir a configuração das formas institucionais e criar estímulos para o surgimento e disseminação das inovações [...]” (LOPES, 2015, p.397).

É possível então entender que o Estado possui influência significativa no desenvolvimento local e, portanto, no desenvolvimento territorial, destacando a importância do processo de acumulação de capital e do papel dos sistemas nacionais, regionais e setoriais de inovação. Entretanto, cabe aqui destacar as diferenças entre diferentes Estados.

O extraordinário avanço do capitalismo mundial, apoiado em uma revolução tecnológica é diferente entre os países. Há efetivamente um padrão centro-periferia, que reflete muito bem a as diferenças entre potências ocidentais e os países periféricos. Como países periféricos pode-se distinguir três subgrupos: a) estados falidos; b) as nações que não têm futuro, a partir da perspectiva do desenvolvimento tardio (pequenas economias com progressos limitados de industrialização e posição estratégica fraca), e c) os casos “paradoxais (RIVERA RIOS, 2014). Nesse sentido cabe diferenciar o crescimento econômico moderno - baseado na inovação contínua e o desenvolvimento ou atraso econômico.

A maioria desses países experimentam regularmente *booms* cíclicos de crescimento econômico, associados ao surgimento dos investimentos internacionais, mas sua população vive na pobreza, tendo o poder do Estado uma conotação predatória. Assim, a aprendizagem social é inibida ou limitada. São países atrasados onde o poder é estabelecido, a fim de controlar a produção e reprodução da riqueza. O poder é concentrado por uma coalizão de elites e estruturado hierarquicamente de acordo com o seu acesso a bens e riquezas, levando a estagnação ou subdesenvolvimento do território (RIVERA RIOS, 2014).

O território pode ser entendido, conforme Haesbaert (2007), por distintas concepções das áreas de estudo que se debruçam sobre a discussão deste importante tema. Nesse sentido prevalece ainda a hegemonia da dimensão econômica. Entretanto, Haesbaert (2007) diz que o território pode ser visto como um espaço delimitado e controlado, onde determinado grupo exerce poder em defesa dos seus próprios interesses em detrimento, muitas vezes de anseios mais amplos de outras camadas sociais, mais vulneráveis. O referido autor destaca que território pode ser conceituado como:

[...] dimensão simbólica/cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (uma forma de apropriação e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar (e político-econômico): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2011, p.94).

Para Fisher (1992), território, utilizando a denominação de local, se refere a um espaço delimitado que pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações. Local, portanto, contém o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. Nesse sentido, remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os

confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. O local, para a autora, tem um fundamento territorial, mas não se resume a este, como um espaço geográfico.

Assim, “o que se denomina de local, no Brasil, apesar de considerar a esfera municipal, [...] está além deste recorte territorial e vem, cada vez mais, assumindo o âmbito das relações mais amplas (visíveis ou não) entre o local e o global” (SILVA, 2014, p.40).

Há então uma estreita relação de território-poder, que é explorada em Santos (2000), quando equipara os conceitos de espaço e “território usado”. O autor afirma que o “uso” de natureza econômica define as relações de poder no território. “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. [...] convidando a pensar [...] as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p.104-105).

Para Santos (1996 apud SERPA, 2012) o lugar é onde ocorrem as manifestações de espontaneidade e criatividade, podendo o território ser analisado para além das suas dimensões econômicas, políticas e sociais que apontam uma vertente hegemônica.

Nesse sentido, se amplia o entendimento do espaço, se fortalece a identificação dos habitantes, não limitando a análise a uma análise circunscrita a noção de centro-periferia. Portanto, o conceito de lugar para Santos (1994, p.96), pode ser visto como um construto que relaciona o espaço – visto como a própria configuração de um dado território - e o tempo representado pelo período de duração de um conjunto de fenômenos. O lugar ocupa uma posição na mente dos indivíduos, pois o conhecimento do mundo se dá a partir e através dos lugares nos quais se vive. Portanto, os lugares são existenciais, fonte de autoconhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979 apud SERPA 2012).

Para Serpa o lugar pode ser identificado a partir de três componentes básicas que estão inter-relacionadas, que são: traços físicos, atividade e funções observáveis [significados e símbolos]. No lugar, as experiências vão o definindo como histórico, relacional e identitário. Deve-se levar em consideração os aspectos geográficos, as rotinas, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias. Os lugares reproduzem as relações sociais, políticas, culturais e econômicas, nas mais diversas escalas de análise.

Com o objetivo de analisar esta relação entre lugar, território e desenvolvimento, apresenta-se em sequência, o distrito de Capoeiruçu.

### 3. METODOLOGIA

O estudo partiu de levantamento bibliográfico com consulta a publicações diversas sobre o Recôncavo Baiano, região onde está localizado o distrito de Capoeiruçu. Os dados secundários foram levantados através de pesquisa documental.

A pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória sendo o artigo resultante de trabalho realizado em disciplina de Psicologia Comunitária, da Faculdade Adventista da Bahia, contando com a participação ativa dos 79 (setenta e nove) alunos matriculados na mesma.

Com base nestes dados iniciais, elaborou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de

entrevista. As entrevistas foram realizadas por alunos da disciplina, no primeiro semestre de 2016. O número de famílias respondentes foi definido com base no critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após a apresentação dos seus objetivos. Thiollent (1982) afirma que a seleção dos entrevistados por acessibilidade pode ser utilizada quando não é necessária a obediência a regras mecânicas defendidas pela perspectiva positivista e de natureza mais quantitativa. Assim, se supõe a seleção pela disponibilidade do entrevistado, após um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas. Dessa forma, os partícipes da comunidade foram consultados e após conhecerem o objetivo da pesquisa aceitaram responder a entrevista. Assim, 86 famílias aceitaram participar da pesquisa, após conhecerem os objetivos dessa.

Os resultados de campo, foram organizados em relatórios e analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin (2010). Para o autor essa técnica infere conhecimento a partir das condições de produção, utilizando-se para isso de indicadores. Inicialmente na fase de pré-análise foram escolhidas as categorias; na segunda fase foi realizada a exploração do material coletado; e, por fim, foi realizado o tratamento dos resultados e interpretação, com inferências e interpretações.

Quanto à abordagem, admite-se aqui o uso da abordagem qualitativa. A análise qualitativa, segundo Bardin (2010) é válida na elaboração de deduções específicas sobre um fenômeno, não se adequando a generalizações. Para esse estudo, por se tratar de um estudo circunscrito ao distrito de Capoeiruçu, tal abordagem é perfeitamente aplicável e adequada.

#### **4. CAPOEIRUÇU UM LUGAR NO RECÔNCAVO BAIANO**

Esta seção se estrutura em duas direções. A primeira traça um panorama geral da população e do distrito de Capoeiruçu, sendo seguida de análises relativas às diferentes dimensões analíticas do território, como definido em Haesbaert (2007) e que corroboram com a caracterização de lugar destacada por Serpa (2012): traços físicos, atividade e funções observáveis. Assim, destacam-se os aspectos geográficos, econômicos, políticos e culturais.

No processo de aplicação das entrevistas, dentre as famílias entrevistadas, observou-se que a maioria são famílias em contexto de vulnerabilidade. Segundo relato da coordenadora do CRAS, são 320 famílias cadastradas, sendo apenas 80 delas, na atualidade, plenamente assistidas, o que ainda está muito aquém da demanda social mapeada por esse órgão, em função das suas limitações estruturais, principalmente, do tamanho da equipe.

Identificou-se que os respondentes desenvolvem atividades de baixa complexidade em função da própria condição de vulnerabilidade social e da economia local, que oferece pouca ou nenhuma empregabilidade ou de geração de renda.

Tal composição caracteriza uma população economicamente ativa com atuação em atividades de baixa renda. Já em no que se refere à natureza da relação do seu trabalho, destaca-se o expressivo número de relatos de desemprego e trabalhos informais, cenário que parece caracterizar um panorama de falta de relações formais de trabalho por parte população do distrito.

Em relação aos aspectos geográficos Capoeiruçu está inserido no Recôncavo Baiano, especificamente no município de Cachoeira, portanto compartilha das mesmas características físicas da região. O distrito dista do município de Cachoeira aproximadamente 5 km, mas em função da sua característica geográfica não fica isolado, é inclusive uma das principais vias de acesso ao município.

A cidade de Cachoeira é constituída de três distritos. A cidade possui 395.223 km<sup>2</sup> de extensão territorial e cerca de 32.026 habitantes, segundo dados do IBGE (2016). Capoeiruçu, especificamente, possui aproximadamente seis mil habitantes (ALBA, 2013). Esse também é o número de habitantes apresentado pelo CRAS.

As características de maior relevância para o território físico são a qualidade de seu solo, o relevo e a presença de um dos principais rios do estado da Bahia, o Paraguaçu (UFBA, 2015).

A região possui relevos de baixada litorânea, tabuleiros interioranos e pré-litorâneos e está a apenas 5 metros de altitude em relação ao nível do mar. Em termos de clima a região apresenta temperatura média anual de 24°C, com médias mensais variando entre 21°C e 26°C. Entre novembro e março apresenta as temperaturas mais elevadas e entre julho e agosto as mais baixas. Quente e úmida em quase todo o ano, apresentando maiores índices pluviométricos no período outono-inverno. Entre abril e setembro apresenta umidade relativa do ar de mais de 78% e nos períodos de seca índices de pouco menos de 75% (GENZ, 2006 apud UFBA, 2015).

Em relação aos aspectos econômicos, segundo Coelho, Santos e Caggy (2016) Capoeiruçu era originalmente uma aldeia de índios Maracás [extinta]. Foi a primeira comunidade rural de Cachoeira a ter energia elétrica, em 1936. Até o final dos anos de 1960 a comunidade enfrentou um dos seus maiores problemas - a falta de água.

Em relação ao aspecto econômico, o município de Cachoeira passou por diferentes situações. De um dos lugares mais importantes em termos de economia, entrou em decadência perdendo gradativamente sua influência a partir de 1940, só conseguindo se recuperar no final do século XX. Dentre os fatores que determinaram o declínio do município, estão o fracasso das fábricas de tecidos grossos e charutos, que deixaram várias mulheres sem emprego e a substituição da hidrovía pelas novas estradas de rodagem, que permitiu um novo processo de marginalização diante de novas redes de transporte, dentre outras coisas (UFBA, 2015).

Os principais indicadores sociais são fornecidos para o município de Cachoeira e não refletem a realidade de Capoeiruçu, visto que a sede conta com maiores fontes de recursos ausentes no distrito. A dimensão econômica reflete a divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho, que se estabelece de diversas formas no decorrer do longo processo de urbanização (SPOSITO, 2012). A ausência do Estado leva a uma busca pelo entendimento das dimensões políticas e culturais.

Em relação a dimensão política cabe destacar que "*O espaço político é um espaço humano que se realiza como domínio do espaço produzido*" (SILVA, 1984). Parte-se do pressuposto de que a dominação opera, de forma delimitada e controlada, através de variados atores, cada um com seus objetivos e ações. Mas destaca-se a atuação do Estado como determinante da condição material experimentada pelos indivíduos.  
XXXXXX

A dimensão cultural pode ser entendida, ainda que superficialmente, pela relação estabelecida entre a população local e o território de Capoeiruçu, perpassando diversas questões de identidade e sentimento de pertença, já que o território pode ser concebido enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural. Essas questões fortalecem a autoestima dos moradores com relação à comunidade

onde vivem e/ou trabalham. Nesse sentido, se percebe o território construído como espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva e apropriação, onde se criam laços de solidariedade entre os atores. Um sistema social só assegura a pertença de seus membros enquanto eles forem convencidos de sua validade/importância. Esta convicção pessoal também é sustentada por laços sociais (afetivos, familiares, de comprometimento pessoal com o trabalho). Reflete ainda a sua história.

A cidade de Cachoeira foi um dos primeiros núcleos civilizados do território da Baiano século XVI. Há controvérsias quanto a sua origem [1595-1606]. Faz-se referência a fundação da capela de Nossa Senhora da Ajuda, uma iniciativa do Capitão Álvaro Rodrigues, que legou a seus descendentes o encargo de conservá-la. Tal Capitão, em 1654, chefiou uma expedição com o intuito de pôr fim às incursões dos indígenas pelas margens do Paraguaçu (UFBA, 2015).

A importância de Cachoeira também pode ser aquilatada pelas vias de transporte que a ligavam aos grandes centros econômicos da época. Para o porto, convergia o movimento de quase todo o comércio sertanejo de Minas e de vários outros pontos da Província, inclusive a zona do Alto São Francisco, ligada à vila de então por três estradas: a de Muritiba, seguindo pelo Porto de São Félix até dentre outras partes, Minas Gerais e Goiás, a de Belém, ligando-a à parte sul da Província, e a do Capoeiraçu, que seguia em direção à Estrada Real do Gado, por onde eram conduzidas as boiadas do Piauí [...] Durante as lutas da independência foi um dos principais redutos rebeldes da Bahia.

Com importância histórica, a região é marcada pelo sincretismo religioso que liga o catolicismo ao candomblé. Atualmente, a cidade de Cachoeira é um dos principais destinos do turismo étnico-afro na Bahia, mas esta relevância não se estende ao distrito em estudo, cabendo destacar remanescente população quilombola na localidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Distrito de Capoeiraçu ao ser analisado nas dimensões geográfica, política, econômica e cultural pode ainda ser entendido como um lugar que, localizado no Recôncavo Baiano, guarda traços físicos, atividade e funções observáveis. As experiências da população local, constituído inicialmente como aldeia indígena sucederam-se e definiram-no histórica e identitariamente, entretanto a fraca atuação do Estado e o baixo nível de desenvolvimento local afetam a identidade do lugar.

Apesar dos moradores do distrito o reconhecerem como um local aprazível para morar, dada as suas características geográficas, sofrem com a impossibilidade de manutenção das suas famílias em função das características econômicas e de desenvolvimento local. Os aspectos de preservação da história de formação do Distrito são desconhecidos pela população, o que compromete a identidade dessa população.

Assim é possível identificar-se a geografia como elemento mais marcante na definição do "lugar". Os aspectos políticos, econômicos, em função da ineficiência do Estado, afetam negativamente a dimensão cultural, despersonalizando a cultura local que poderia estar fortemente alicerçada nos aspectos historicamente constituídos.

O processo de desenvolvimento pode então ser caracterizado como um desenvolvimento dependen-



te das pequenas e médias corporações que se instalaram nas imediações gerando emprego e renda para a população. Dada a baixa qualificação profissional, a população de insere de forma desqualificada, sem que essa inserção melhore concretamente sua qualidade de vida. O Estado omissivo não desenvolve políticas públicas que potencializem a vocação local: sítios históricos e potencial turístico; foco este que poderia levar ao resgate da estima e pertença da população.

Cabe destacar que por este se tratar de estudo exploratório, há necessidade de novas investigações para melhor entendimento dos fatores que viabilizariam um desenvolvimento sustentável para o distrito em análise. Isto porque Santos (1994) afirma que na medida em que as pessoas e lugares se globalizam, o espaço se torna um construto único de formas distintas de competição e de solidariedade, para a definição das quais é fundamental a informação e a comunicação entre indivíduos. Ou seja, apesar do processo de globalização tender a “unificar” diferentes cenários ao redor do mundo, a força dos indivíduos e do lugar faz com que as diferenças permaneçam. E as diferenças de Capoeiruçu devem, portanto, ser preservadas.

## REFERÊNCIAS

- ALBA. **Simões pede intervenções em Capoeiruçu**. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/noticias/Impressao.php?id=15798>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- ALMEIDA, Denise Ribeiro. **Notas de aula da disciplina Estratégia de Desenvolvimento Socioterritorial**, ministrada no Mestrado Interdisciplinar do CIAGS. Salvador, setembro de 2012.
- BARDIN.L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.17-37, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>. Acesso em 02 set 2012.
- FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução à uma agenda. In: FISCHER, Tânia (org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FISCHER, Tânia. **Poder local**: um tema em análise. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, pp. 105-113.
- FÓRUM MONITOR FINANCEIRO. **A Teoria dos Ciclos de Kondratieff**. Disponível em: [http://www.monitorinvestimentos.com.br/ver\\_artigo.php?id\\_artigo=116](http://www.monitorinvestimentos.com.br/ver_artigo.php?id_artigo=116). Acesso em: 08 nov. 2016.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1981.
- \_\_\_\_\_, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

\_\_\_\_\_, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. São Paulo, 2005, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP. Disponível em: [http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf). Acesso em 02 set 2012. p.6774-6792.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 2000.

JORNAL DA MÍDIA. Disponível em: [http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/11/Bahia/Prefeitura\\_de\\_Candeias\\_inaugura\\_o.shtml](http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/11/Bahia/Prefeitura_de_Candeias_inaugura_o.shtml). Acesso em: 20 Mar 2013.

LOPES, Herton Castiglioni. **O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista**. Disponível em: < Disponível em: <[http://www.monitorinvestimentos.com.br/ver\\_artigo.php?id\\_artigo=116](http://www.monitorinvestimentos.com.br/ver_artigo.php?id_artigo=116)>. Acesso em: 08 nov. 2016.

RIVERA RIOS, Miguel Ángel. **Desarrollo económico y trayectorias históricas**: Una aproximación al caso de Brasil y México. Prob. Des, México , v. 45, n. 179, p. 9-33, dic. 2014 . Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0301-70362014000400002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362014000400002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 06 nov. 2016.

SILVA, Márcia da. **Poder local, ideologia e representações sociais**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza , v. 13, n. 2, p. 39-51, Aug. 2014 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-22012014000200039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012014000200039&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 Nov. 2016.

SACHS, Ignacy. **Espaços e tempos do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**. 13ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional, São Paulo, Hucitec, 4ª ed, 1998.

\_\_\_\_\_, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n.9, pp. 103-109, jul./dez 2000. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf) . Acesso em 02 set 2012.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo César da C. CÔRREA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas** . Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

# Revista Formadores

*Vivências e Estudos*

## MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9      Número 6      Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE    ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

**Elenides Bispo de Santana**  
Ellen.adm\_adventistas@outlook

Graduanda em Administração pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

**Ricardo Costa Caggy**  
ricardo.costa@adventista.edu.br

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (2002), Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2014-), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2011), Mestre em Gestão, Planejamento e Estratégia Empresarial pela Universidade Autônoma de Lisboa (2006) e Especialista em Docência do ensino superior pela Faculdade Adventista de Educação do Nordeste - FAENE (2006). Atualmente é professor da Faculdade Adventista da Bahia - FADBA e coordenador da Área de Ciências Sociais Aplicadas (Área 6). Tem experiência nacional e internacional na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: Estratégia, Empreendedorismo, Inovação, Marketing, Gestão do Conhecimento, Aprendizagem Organizacional, Ensino da Administração e Desenvolvimento Local. Autor de livros infantis para disseminação da cultura empreendedora e das ferramentas de administração.

**Williams Kleyton Rodrigues Ramos**  
williamskleyton1@hotmail.com

Graduando em Administração pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18  
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –  
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016  
Caderno Especial

## DESENVOLVIMENTO LOCAL, EMPREENDEDORISMO E MICROEMPRESAS: UMA ANÁLISE DOS FATORES CONDICIONANTES EM UM BAIRRO UNIVERSITÁRIO

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os empreendimentos instalados em um determinado bairro universitário, durante o período de dois anos, buscando identificar os fatores que podem influenciar no nascimento e na mortalidade destes empreendimentos, bem como as questões estruturais que podem possibilitar o desenvolvimento local. O trabalho foi pautado na análise de dois catálogos de empreendedores locais, realizados nos anos de 2014 e 2016. Foi percebido uma alta taxa de mortalidade dos empreendimentos e algumas hipóteses levantadas para este acontecimento, dentre elas as já conhecidas falta de preparo e capacitação, os condicionantes econômicos do país, além da temporalidade e sazonalidade do público no caso em específico.

### PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento local. Empreendedorismo. Mortalidade das Microempresas.

### 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local perpassa pela articulação de diferentes atores que compõem um determinado território, mas as atitudes empreendedoras das pessoas que habitam em determinado território são determinantes neste processo, podendo gerar a endogenização do território e fixação dos seus moradores. Sejam estas atitudes relacionadas a negócios sociais, culturais, criativos, de associativismo ou empresarial. No entanto, muitas vezes as dificuldades de empreender acabam por diminuir sensivelmente a existência dos negócios, gerando desemprego, falta de oportunidades e abandono do território.

Diante deste cenário, a proposta deste trabalho é fazer

uma análise considerando o ciclo de vida das microempresas no bairro universitário de Capoeiruçu, localizado na cidade de Cachoeira (Bahia). Através desta análise será particularizado a problemática da mortalidade de microempresas e como os proprietários e/ou dirigentes reagem as mudanças e ditames locais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa em um total de 172 empresas, tomando como fonte de informação os catálogos de negócios produzidos pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), no âmbito do curso de Administração, nos anos de 2014 e 2016, intitulados de "CapúNegócios". Além disso, foram entrevistados empreendedores que tiveram seus negócios fechados no ano de 2016, como mecanismo complementar para as conclusões do trabalho.

Levando-se em consideração estas premissas, o objetivo primordial desta pesquisa é identificar o que leva os empresários fecharem precocemente as portas de seus estabelecimentos e quais as medidas que podem ser tomadas a fim de evitar esta fatalidade. Para tanto, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais os fatores condicionantes de mortalidade de microempresas em um bairro universitário?

Este trabalho está dividido em três partes: A primeira uma breve contextualização do problema e dos direcionamentos da pesquisa; na segunda parte o referencial teórico adotado e a metodologia do trabalho e na última parte a análise dos dados coletados e as considerações finais do trabalho. Esta pesquisa justifica-se fato da inquietação em conhecer os motivos que determina o insucesso e o fechamento precoce de empreendimentos e refletir sobre alternativas locais para produzir bases mais sólidas para os futuros micro e pequenos negócios. Além disso, o mesmo surge no âmbito da linha de pesquisa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) da FADBA, que tem como objetivo pesquisar soluções sustentáveis para o desenvolvimento local e fomentar as ações de extensão visando diminuir o distanciamento entre academia e sociedade.

A opção por este tema, ainda teve como motivação o anseio dos autores em examinar a situação dos empreendedores locais e propor ações que possam resultar em um desenvolvimento sólido e sustentável, tendo em vista as carências locais do recôncavo baiano, e as inúmeras dificuldades oriundas da falta de orientações necessárias para a implantação e gestão dos negócios.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Não é difícil observar a grande diferença em recursos disponíveis e capacidade de investimentos entre as pequenas empresas e as grandes empresas. É óbvio que ao contrário das pequenas empresas, as grandes têm maior facilidade em utilizar seus recursos de maneira a favorecer a sua atuação no mercado e na sociedade, haja vista o crescente e sempre pujante mercado milionário das consultorias.

Por outro lado, as pequenas e microempresas, sofrem pela falta de atenção, conhecimento e ferramentas que possibilitem o seu crescimento e desenvolvimento de forma sustentável. Este paradoxo parece ser ingrediente fundamental para um contexto desafiador no Brasil, se por um lado o país é considerado o mais empreendedor do mundo, por outro os entraves burocráticos para abertura e fechamento de empresas e as altas taxas de mortalidade, sugerem que o empreendedorismo no país é limitado por condicionantes externas e internas as organizações.

Desta forma, pretende-se aqui examinar aspectos teóricos que permitam fundamentar as análises deste trabalho. Para esta tarefa, definiu-se a discussão sobre: Desenvolvimento Local, empreendedorismo e mortalidade das empresas, como pode ser apresentado a seguir.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Lima (2000) observou que, embora o termo desenvolvimento local, possua um conceito amplo, podemos dizer que todas as suas ações, conduzem aos interesses da população que realiza todo tipo de atividade naquele local. A extensão dos resultados econômicos, cultural, social, institucional, etc., irão compor o conceito e a dimensão do desenvolvimento local. É bem verdade que sua compreensão não se limita a uma abordagem única, bem contrário disso, temos várias maneiras de conceituá-lo a partir de várias esferas, uma delas está a econômica, sendo medido pela evolução do quadro produtivo local, bem como a geração de emprego e renda dentro das comunidades.

Segundo Brandão (2004, p. 62) o desafio é “discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos etc.” em busca de uma compreensão do território, para poder explicar o seu desenvolvimento, nestas diferentes perspectivas.

Neste sentido, entende-se como desenvolvimento local, o processo de desenvolvimento de determinada área (local), com base em fatores endógenos ou exógenos, que são responsáveis por transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais deste espaço, de forma articulada ou isolada destas variáveis, mas com a participação primordial de diferentes tipos de organização.

As organizações contribuem consideravelmente para a melhoria do mundo a nossa volta, do qual estas são partes contribuintes, e para que o desenvolvimento local seja promovido da melhor forma, vem sendo estudado, formulado e avaliados diversos formatos interorganizacionais, em diferentes âmbitos, países, estados, regiões, cidades e comunidades. Entre as razões e interesses para tais implicações, estão a mudança no papel do estado, focada na ideologia neoliberal; a crise estrutural no mercado de trabalho; o aumento da competitividade no mercado globalizado, dentre outros.

No entanto, quanto a este fator de crescimento, há uma ilusão quanto a determinação do aumento do bem-estar associado ao maior crescimento econômico. Isso acontece porque normalmente ligamos o aumento do PIB a melhoria e desenvolvimento. Todavia, este aumento embora seja necessário, não quer dizer que haja mais saúde, educação e mais liberdade de opções. Onde há desenvolvimento, há sem dúvida capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, sem imposições, e isso de forma alguma seria uma consequência automática do crescimento econômico.

Segundo Dowbor (1997), embora seja cedo demais para dizer se as iniciativas de desenvolvimento local irão superar ou não os problemas existentes e consolidar a reconversão industrial num processo de desenvolvimento sustentável, social, econômico e conseqüentemente local, pode-se pensar que o Desenvolvimento Local precisa se esforçar para ter apenas como ponto central o ser humano e os interesses coletivos da maioria, o que está intensamente ligado a qualidade de vida, socialização do poder, acesso



aos serviços públicos e aos benefícios de tecnologia. O que também é um anseio de Coelho (1997) quando define tal fenômeno como “O plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar, de maneira sustentável as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a participação de todos os atores relevantes”.

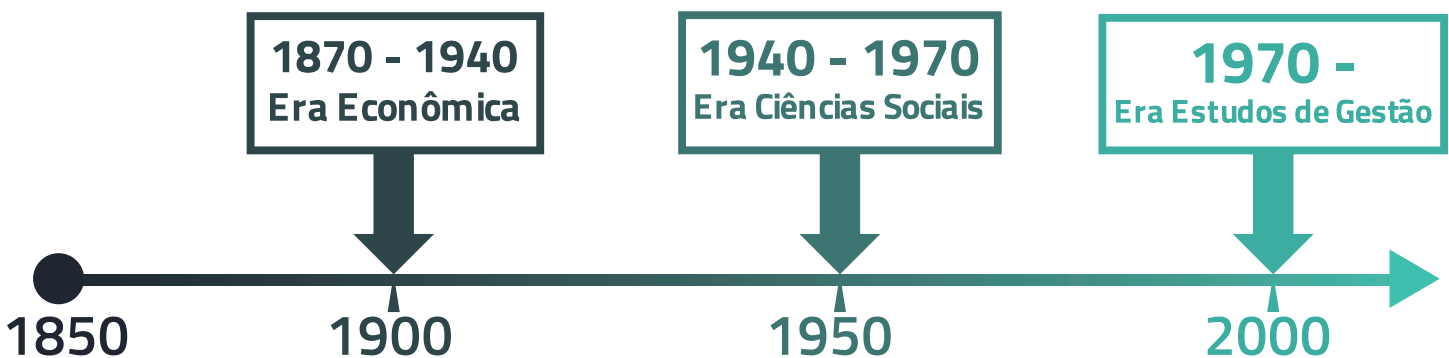
Por fim, considera-se indubitável o papel das diferentes organizações neste processo, e nesta compreensão um ambiente favorável ao surgimento de novas organizações, com favorecimento ao empreendedorismo local, tende a permitir um desenvolvimento endógeno, com possibilidades de fixação do homem ao seu local.

## 2.2 EMPREENDEDORISMO

Não há uma definição única e limitada para o termo Empreendedorismo. No entanto, “Richard Cantillon identificou o empreendedor como alguém que assume riscos no processo de comprar serviços ou componentes por certo preço com a intenção de revendê-los mais tarde a um preço incerto”. (OLIVEIRA, 2012, p.2).

Com a chegada deste termo, ficou evidente o pensamento empreendedor, bem como sua disseminação nas escolas de negócios e academias. Com isso o interesse por estudá-lo deu início a um número considerável de conferências e publicações, motivo pelo qual se originou uma comunidade científica reconhecida objetivando melhor compreensão acerca deste tema, como forma de expressão (VERGA e SOARES DA SILVA, 2014).

Para Landström e Benner (2010) o empreendedorismo passa por três eras distintas quanto ao Pensamento Empreendedor:



**Figura: Eras do Pensamento Empreendedor**  
**Fonte: Landström e Benner (2010, p. 20).**

Na Era Econômica (1870-1940) dar-se a utilização do termo “risco” e o interesse pelo termo empreendedorismo por parte dos economistas, o que já era fato desde a abordagem de Catillon (CASSIS, MINOGLU, 2005; MURFY; LIAO; WELSCH, 2006). Houve nesta mesma era a tradição Knightian, com foco nas “incertezas” (CASSIS, MINOGLU, 2005, DAVIDSSON, 2004; HISRICH, PETERS, SHEPHERD, 2009; JULIEN, 2010).

Há também a Shumpeteriana, talvez a mais conhecida, na figura de Joseph Schumpeter que baseado na “mudança e inovação” constrói uma nova teoria econômica (DAVIDSSON, 2004; CASSIS; MINOGLU, 2005; FILION, 1999; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009). E por fim, destacando que deve haver o esclarecimento da ligação entre o empresário e a empresa para que possa haver melhor compreensão do empreendedorismo, a escola Austríaca. No entanto, na Era das Ciências Sociais (1940-1970) ficou marcado o processo de entrada dos estudiosos de psicologia e ciências sociais, que se interessaram pelo empreendedor como um indivíduo e por isso, o investigou através de suas obras e traços de personalidade. Grandes sociólogos, nomes como Max Weber são citados por suas contribuições no que diz respeito ao objeto de estudo baseado na ênfase do empreendedor no processo de mudança econômica. Por outro lado, os psicólogos preferem focar nas ciências comportamentais e antropológicas, relacionando o empreendedorismo com um comportamento desviante, relacionado a cultura (VERGA e SOARES DA SILVA, 2014).

A Era dos Estudos de Gestão (1970-) no entanto, foi e ainda está sendo marcada pelas mudanças e processos realizados nas áreas políticas, econômicas e tecnológicas, tornando a dinâmica do empreendedorismo um tema dominante na sociedade. Segundo Landström e Benner (2010) muitos estudiosos de diferentes áreas se interessam pelo tema empreendedorismo, com isso este campo cresceu consideravelmente. Porém isso não quer dizer que haja um consenso, mas sim que devemos reforçar a ideia de que para melhor compreensão deste fenômeno, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas (VERGA e SOARES DA SILVA, 2014).

Na visão de Ribeiro e Freitas (2009) as discussões acerca de empreendedorismo envolvem a identificação de quem é esse indivíduo, quais são suas principais características, que aspectos cognitivos os levam em direção ao *start up* de negócios, que modelos de sociedade propiciam melhores condições ao crescimento desse movimento, entre outros aspectos que buscam favorecer a compreensão da complexa e multifacetada gestão empreendedora, sobretudo quando analisada sob a ótica da sustentabilidade empresarial. (MOREIRA, H.; MOREIRA, M.; CASTRO SILVA, 2014, p.35)

Neste sentido, entende-se que independente da motivação para empreender, sejam elas por necessidade, vocação ou estímulo, as ações de suporte oferecidas pelas instituições de ensino, órgãos governamentais e ou organizações sem fins lucrativos, são fundamentais para a transferência de conhecimento e a qualificação do empreendedor. Sem estas ações de qualificação e questões tais como: falta de capital de giro, carga tributária, recessão econômica, concorrência forte, instalações inadequadas e falta de conhecimentos gerenciais a probabilidade de insucesso do empreendimento torna-se ainda maior.

### 2.3 MORTALIDADE DE MICROEMPRESAS

São muitos os que falham na criação de um negócio, um número muito superior aos que conseguem lograr êxito, mas é possível identificar um conjunto de causas responsáveis pela elevada mortalidade de novas empresas dos primeiros anos de vida: falta de experiência do empresário; má gestão dos estoques; capital insuficiente; crescimento inesperado da empresa; concorrência; baixo volume de vendas; sobre investimento em capital fixo; fraca ou insuficiente negociação de crédito com a banca; utilização pessoal (por parte do empresário) de fundos da empresa, dentre tantos outros (RODRIGUES, 2008).

A mensuração em termos de criação de empresas e de taxa de sobrevivência das mesmas não é um trabalho simples. As dificuldades começam na própria definição do que é uma empresa “recém-criada”, o que é uma empresa “em atividade” e o que é uma empresa “encerrada”. Além disso, os registros desses empreendimentos nas bases de dados oficiais estão frequentemente sujeitas a alterações, por razões variadas. Seja porque os donos dessas empresas podem demorar a solicitar os registros de criação e/ou encerramento, seja porque os sistemas de registros apresentam as suas próprias dificuldades em termos de atualização dos dados (SEBRAE, 2013).

Conforme colocado por Rebouças (1991), os fatores de êxito são dispostos em duas análises: o ambiente empresarial, ou seja, todo o conjunto estável e dinâmico de forças externas, e a situação interna que se faz do estudo das qualidades e deficiências da empresa, produção, administração e estrutura financeira.

Lezana (1995) relacionou as causas de sucesso e fracasso em categorias distintas e Inter-relacionadas: fatores externos, fatores internos e fatores relacionados ao empreendedor. Sendo que os fatores externos são os macroeconômicos e do ambiente, onde efetivamente a empresa não pode atuar sobre eles. Já os internos estão ligados ao funcionamento da empresa e podem ser modificados por ela, ou seja, direção e gestão (capacidade de lidar com incertezas), produção (parte técnica), recursos humanos (gerenciar pessoas e treinamentos), finanças (números e desempenho), área comercial (avaliar concorrência, preços e tendências), por fim fatores ligados ao empreendedor são as necessidades, conhecimento, habilidade e valores.

Por outro lado, De Mori (1998) foi um pouco além e resolveu apontar três fatores que afetam a sobrevivência das pequenas empresas, são estes as condições características do ambiente da empresa, as características estruturais e estratégicas do negócio e por fim as características individuais do empreendedor.

Há um conjunto de razões pelas quais as microempresas são conduzidas ao fracasso, uma vez que, vivemos num contexto empresarial de hipercompetitividade, ou seja, não só pelo excesso de oferta, como também por diversos outros fenômenos, como: a globalização, Estandarização (generalização do acesso a tecnologia, maior facilidade em imitar), mudanças socioculturais (consumidores muito mais informados, mais exigentes, menos fiéis, o que se exige personalização massificada). Contudo, é possível reduzir riscos se forem evitados alguns erros frequentemente cometidos pelos empreendedores, começando pelo planejamento de negócio (RODRIGUES, 2008).

A taxa média de mortalidade encontrada no Brasil nos últimos anos gira em torno de 25% (SEBRAE, 2013), mas as dificuldades de mensurar com precisão estes números dá-se em função da alta informalidade existente no país e as dificuldades de “baixa” nas empresas encontrada pelos empreendedores.

### 3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem natureza explicativa, e tem por finalidade fazer uma avaliação dos indicadores de mortalidade das micro e pequenas empresas de Capoeiruçu, para tal esforço o universo amostral foi composto do catálogo de empreendedores elaborado pelo Curso de Administração da Faculdade Adventista da Bahia nos anos de 2014 e 2016, denominado “Capunegócios”.

A partir desta base de dados, foram determinadas a quantidade de empreendimentos, perfil dos

empreendimentos, e comparados entre os anos de 2014 e 2016. A escolha deste bairro deu-se em função da existência da própria faculdade no local, que conta com cerca de 4.000 alunos e da principal indústria da cidade de Cachoeira, condicionantes para o desenvolvimento de vários micro e pequenos negócios no entorno do bairro.

O tratamento destes dados foi feito através do uso de estatística descritiva simples, e os dados apresentados através de tabelas e gráficos, para que a análise seja feita do ponto de vista quantitativo.

Após a análise do perfil empreendedor do bairro, foram selecionados de forma não-probabilística, intencional e por conveniência empreendedores que mantiveram seus negócios do ano de 2014 até 2016 e empreendedores que fecharam seus negócios durante o mesmo período, a intenção foi a de identificar os fatores de "sucesso" e os fatores de mortalidade nos micro e pequenos negócios. Nesta segunda fase, foi utilizado uma entrevista com roteiro semiestruturado, para a coleta das informações, os dados coletados foram estruturados em categorias e analisados de forma qualitativa, face a bibliografia consultada para a elaboração do trabalho.

Diante das características de coleta e análise de dados, esta pesquisa caracterizou-se como de métodos de análise mista, pois utilizou-se tanto de dados qualitativos, quanto quantitativos para a elaboração de suas análises.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

Antes da apresentação dos dados, faz-se necessária a caracterização do bairro em análise. O povoado de Capoeiruçu faz parte da cidade de Cachoeira no estado da Bahia (Brasil), a cidade é mundialmente conhecida pelo seu patrimônio histórico e cultural e possui grande simbolismo e representatividade na cultura do estado da Bahia.

O bairro de Capoeiruçu fica a 4 km do centro da cidade de Cachoeira e nos últimos 20 anos sofreu um processo de desenvolvimento acelerado, muito em função da implantação do ensino superior no Instituto de Educação Nordeste Brasileiro (IAENE), e da implantação de uma indústria de transformação a Mastrotto.

O IAENE é um instituto de educação ligado a rede mundial de educação Adventista, presente em mais de 150 países e que se configura como a segunda maior rede de ensino do mundo. No ano de 1979, a rede escolheu a cidade de Cachoeira para implantar seu instituto, naquele momento no povoado rural de Capoeiruçu, que iniciou com uma escola básica e dez anos mais tarde implantou o seminário de teologia. Só a partir dos anos de 1998, o instituto implantou outros cursos superiores e hoje conta com nove cursos, programas de pós-graduação, e ensino fundamental, totalizando mais de 4.000 alunos.

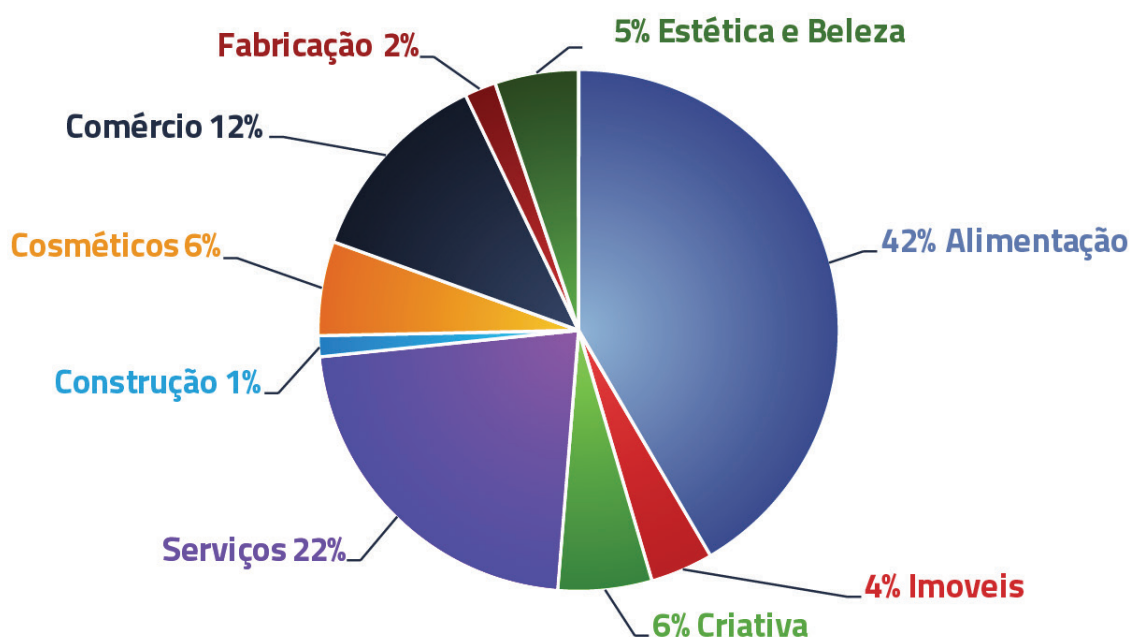
Esta movimentação transformou a localidade de eminentemente rural, para o bairro mais populoso da cidade de Cachoeira, são cerca de 3.500 moradores (permanentes) e cerca de 4.000 moradores sazonais (estudantes, familiares, agregados), que ficam no local durante o período de estudos.

Toda esta movimentação, transformou urbanisticamente o povoado e tem movimentado a economia, nesta perspectiva que o curso de Administração da Faculdade iniciou um trabalho de mapeamento, acompanhamento e apoio aos microempreendedores, desde o ano de 2014 os negócios são catalogados e várias

ações buscam potencializar e fornecer o ecossistema necessário para a sobrevivência dos mesmos.

Para realização desta pesquisa, considerou-se o critério do Sebrae para que fosse determinado o porte da empresa, ou seja, microempresa com até 19 empregados na indústria e até 9 no comércio e serviço, por outro lado, as pequenas empresas- com 20 a 99 empregados na indústria e 10 a 49 no comércio e serviço.

De acordo com os dados de 2014 no catálogo CapuNegócios<sup>1</sup>, foram registradas nesse período 154 empreendedores (Microempreendedor individual, micro e pequenas empresas) no bairro de Capoeiruçu, distribuídas da seguinte forma:



**Gráfico 1: Empreendimentos 2014.**  
Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que boa parte dos empreendimentos (42%) está no setor da alimentação, neste segmento foram inclusos, os bares, restaurantes, vendedores de hortifrúti, de produtos específicos (sucos, mel, trufas, salgados) e lanchonetes da região.

Quando comparado ao ano de 2016, os indicadores apresentam uma diminuição significativa no número de empreendimentos que foram reduzidos de 154 para apenas 56, uma taxa de mortalidade de 64,10% um número muito acima das taxas encontradas na literatura, que costumam a variar entre 25% a 30% no contexto internacional e que no Brasil tem girado em torno de 25% nos últimos anos (SEBRAE, 2013).

<sup>1</sup> CapuNegócios é uma iniciativa do curso de Administração da FADBA de catalogar e acompanhar a evolução dos negócios do bairro. É um trabalho feito no âmbito da de um exercício interdisciplinar, promovido pela faculdade, executado por alunos e orientado por um professor.



EMPRESAS EXISTENTES  
EM 2016

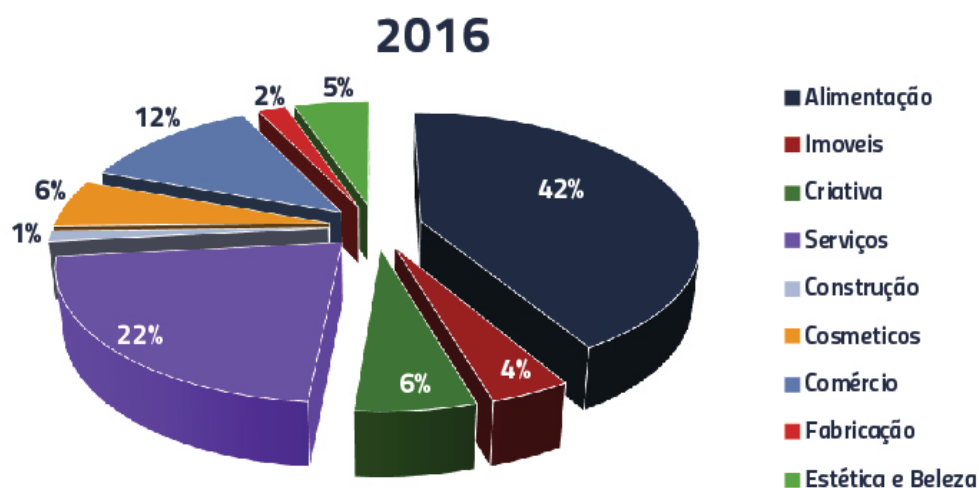
56

EMPRESAS EXISTENTES  
EM 2014

156

**Gráfico 2: Taxa de mortalidade de empresas entre os anos de 2014 a 2016.**  
Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao ramo pesquisado a proporcionalidade dos segmentos foi mantida mesmo diante de tamanha redução, como pode ser observado no gráfico a seguir:



**Gráfico 3: Empreendimentos 2016.**  
Fonte: Elaboração própria

Diante de tamanha redução, algumas hipóteses começaram a ser formuladas para justificar a variação, distante do padrão estabelecido pelas médias regionais, nacionais e internacionais, dentre elas elencamos: diferenças metodológicas na condução da catalogação dos empreendimentos; efeito da temporalidade dos estudantes no território (em que o tempo do empreendimento estaria vinculado ao tempo do estudo); sazonalidade da região (tendo em vista que a mesma funciona em função principalmente da faculdade) e os aspectos já consagrados na literatura e apresentados neste trabalho, tais como a falta de capital de giro, incapacidade gerencial, tributação, desconhecimento do ramo adotado, etc.

Um aprofundamento nos empreendimentos existentes apresentou um perfil particular para a região,

nele constatou-se que 34 dos empreendimentos eram gerenciados por mulheres, na sua maioria casadas, com filhos e com o ensino médio completo e que 41% de todos os empreendimentos foram abertos por visualizarem uma oportunidade de negócio no local, além disso, das 56 empresas pesquisadas 30 estavam formalizadas. Este perfil sugere que a hipótese de que muitos empreendimentos são criados por pessoas que possuem algum vínculo com um estudante da faculdade pode ser confirmada, necessitando de uma averiguação mais profunda em um outro estudo, mas possuem fortes indícios tendo em vista a existência do seminário de teologia com cerca de 400 alunos, que representam a maior parte dos estudantes do ensino superior da faculdade.

Por outro lado, as dificuldades em localizar os empreendedores que fecharam seus negócios no período de 2014 a 2016 não permitiu que fossem realizadas conclusões acuradas sobre os fatores condicionantes para a mortalidade, no entanto foi possível manter contato com cinco empreendedores, das quais foram realizadas as entrevistas.

De modo geral, a primeira causa do fracasso desses empreendimentos está relacionada às falhas gerenciais no que diz respeito a escassez de capital de giro, o que indica um descontrole de fluxo de caixa, o que é imprescindivelmente necessário para suprir o período de sazonalidade durante as férias dos alunos da faculdade, onde a demanda se torna menor e por vezes, escarça, em seguida a questão da localização, que dificulta o acesso de consumidores de outras localidades e vincula ainda mais o negócio as atividades da faculdade, e por fim, a falta de conhecimentos gerenciais, o que torna a tarefa de desenvolver a empresa um grande desafio. Dois empreendedores localizados informaram ainda que fecharam os negócios em função da mudança de residência em um caso e no outro caso por questões de saúde, mas ambas informaram que se fossem mantidas estas condições ainda estariam comercializando no local.

No que tange aos empreendimentos que se mantiveram no local, três empreendedores se disponibilizaram a participar do estudo e apresentaram que mesmo diante das dificuldades de permanência no local devido a sazonalidade e os aspectos já mencionados, os mesmos indicam que um forte controle financeiro; um planejamento das aquisições e investimentos e o foco na qualidade do serviço prestado para enfrentar a concorrência são os principais fatores que os mantiveram no mercado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de empreender no Brasil têm sido cada vez mais expostas em diferentes estudos, que são seguidas pelas dificuldades na manutenção e desenvolvimento do negócio. Questões como o conhecimento aplicado ao negócio, a análise do mercado, o controle gerencial e a concorrência de mercado são fundamentais para o empreendedor e para o desenvolvimento do local, tendo em vista que comportamentos empreendedores possibilitam um desenvolvimento endógeno do local.

Diante destes argumentos procurou-se analisar um caso específico do território de Capoeiruçu, um bairro universitário/rural na cidade de Cachoeira (BA). Percebeu-se na análise que no biênio 2014/2016 houve uma taxa de mortalidade dos empreendimentos de 64% muito maior do que os índices encontrados em estudos semelhantes no Brasil e no Mundo, estes índices indicam uma taxa de mortalidade de cerca de

30% em dois anos de análise.

Com indicadores tão alarmantes concluímos que fatores tais como as diferenças metodológicas dos levantamentos, a temporalidade no território e a sazonalidade relacionada a Faculdade, são fatores adicionais aos já conhecidos na literatura fatores de mortalidade das empresas. Desta forma, sugere-se como ações futuras para pesquisa no mesmo local a adoção de uma mesma metodologia de catalogação e o registro da mesma nos catálogos, e uma análise do tempo de vida das organizações existentes.

Para além disso, faz-se necessária uma atuação mais efetiva da faculdade no bairro, através de ações extensionistas que visem capacitar o empresariado local e transferir o conhecimento necessário para o empreendedor local. Esta ação, articulada aos demais atores sociais que compõem o território (agentes públicos, associação de moradores, moradores, etc) podem favorecer ao desenvolvimento local e a diminuição da taxa de mortalidade das empresas.

Sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas buscando identificar o perfil do empreendedor local, suas motivações, necessidades e quais as ações podem ser feitas para um aumento da vida das organizações e que o desenvolvimento local possa ser verdadeiramente sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALDRICH, H. E. The emergence of entrepreneurship as na academic field: A personal essay on institucional entrepreneurship. **Research Policy**, v. 41, n. 7, p. 1240-1248, set. 2012.

BRANDÃO, C. A. Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, jul/dez 2004. 57-76.

BRUYAT, C.; JULIEN, P. A. Defining the field of research in entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v. 16, n. 2, p. 165- 180, Mar. 2001.

CABRAL, A. C. A. **Reflexões sobre a pesquisa nos estudos organizacionais: em busca da superação da supremacia dos enfoques positivistas**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 1998, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Anpad, 1998. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAhCwAl/artigo> > acesso em 13 de set. 2016.

COELHO, Franklin D. **Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local**. In: FONTES, Ângelo & COELHO, Franklin Dias (org). *Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens*. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.

DE MORI, F. *Empreender: Identificando, avaliando e planejando um novo negócio*. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores, 1998.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento**. In BAVA, Sílvio Caccia (org.) São Paulo: Pólis, 1996.

LANDSTROM, H.; BENNER, M. Entrepreneurship research: a history of scholarly migration. In: LANDSTROM, H.; LOHRKE, F. (org). Historical foundations of entrepreneurship research. Great Britain: Edward Elgar Publishing. p. 15-45, 2010.

LIMA, A. L. C. Abordagens Teóricas sobre o Desenvolvimento Econômico local: Idéias inovadoras no debate sobre essa antiga questão ? **O&S**, v. v.7, n. n. 18, p. 159-182, Maio/Agosto 2000.

LIMA, E. O. A estratégia emergente na pequena empresa e sua complementaridade à visão estratégica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu : ANPAD, 1999.

MOREIRA, H. S. A.; MOREIRA, M. A.; CASTRO SILVA, W. A. Dez anos de pesquisa em empreendedorismo apresentados nos Enanpads de 2003 a 2012: análise dos autores engajados na área. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n.1, p. 33-55, 2014.

MURPHY, P.; LIAO, J.; WELSCH, H. P. A conceptual history of entrepreneurial thought. **Journal of management History**, v. 12, n. 1, p. 12- 22, 2006.

OLIVEIRA, F. M. **Empreendedorismo: teoria e prática**. Revista Especialize (IPOG). Goiânia/GO, n. 3, p. 1-13, 2012

REBOUÇAS, D. P. O. **Estratégia Empresarial: uma abordagem empreendedora**. São Paulo: Editora Atlas, segunda edição, 1991.

RODRIGUES, S. Manual Técnico do Formando: Empreendedorismo. **Ferramentas para Empreendedor**, ANJE, Portugal, 2008.

SCHUMPETER, A. Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

SEBRAE, **Sobrevivência das empresas no Brasil**: Coleção de estudos e pesquisa. Brasília – DF, Unidade de Gestão Estratégica, 2013.

VERGA, E.; SILVA, L. F. S. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas** p. 5-8, 2014.

YONEMOTO, H. W.; ROJAS LEZANA, A. G. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. Os fatores externos e internos e a sua relação com o êxito ou fracasso das empresas de pequena dimensão. Florianópolis, SC, 1999. xii, 119f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

# Revista Formadores

*Vivências e Estudos*

## MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9 Número 6 Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

**Ricardo Costa Caggy**  
ricardo.costa@adventista.edu.br

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFES (2002), Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2014-), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2011), Mestre em Gestão, Planejamento e Estratégia Empresarial pela Universidade Autônoma de Lisboa (2006) e Especialista em Docência do ensino superior pela Faculdade Adventista de Educação do Nordeste - FAENE (2006). Atualmente é professor da Faculdade Adventista da Bahia - FADBA e coordenador da Área de Ciências Sociais Aplicadas (Área 6). Tem experiência nacional e internacional na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: Estratégia, Empreendedorismo, Inovação, Marketing, Gestão do Conhecimento, Aprendizagem Organizacional, Ensino da Administração e Desenvolvimento Local. Autor de livros infantis para disseminação da cultura empreendedora e das ferramentas de administração.

**Orlando Souza do Lago**  
orlando.lago@gmail.com

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia (1998), com especialização nas áreas de Metodologia do Ensino Superior, Marketing e Propaganda e Saúde Coletiva, mestrando em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é Sanitarista da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e professor universitário das Faculdades Adventista da Bahia. Tem experiência na administração pública e privada atuando principalmente nas seguintes áreas: educação superior, educação à distância, gestão de pequenas empresas, marketing, empreendedorismo, plano de negócio, projetos interdisciplinares, gestão em saúde pública, vigilância epidemiológica, análise de situação de saúde.

**Tiago Araújo dos Santos**  
tiagoaraujotg21@gmail.com

Graduado em Administração pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), discente do curso de Ciências Contábeis pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA) e pós graduando em Gestão Financeira e Auditoria pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Atualmente é pesquisador do Núcleo de Estudos do Recôncavo em Administração e Negócios (NERAN).

**Douglas Clemente**  
douglas.professionalcoach@hotmail.com

Graduando em Administração pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Profissional Coach pela iCrescer Brasil Tecnologia, Educação e Coaching, tem curso na área de gestão empresarial pela News Center e atualmente é pesquisador do Núcleo de empreendedorismo e inovação (NEI).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18  
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –  
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016  
Caderno Especial

## EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

### ENSAIO

A proposta deste ensaio é iniciar um debate sobre os rumos da educação empreendedora, ou do ensino de empreendedorismo no Brasil. Não se pretende aqui varrer toda a literatura e cravar uma última palavra acerca do tema, mas promover através do veículo científico que é a revista Formadores uma discussão sobre a temática.

Este interesse pela temática, justifica-se em primeiro lugar, pelos mais de dez anos de atuação dos professores Ricardo Costa Caggy e Orlando Lago, em diferentes instituições de ensino superior da Bahia e pela adesão dos estudantes Tiago Araújo e Douglas Clementes a um projeto diferenciado e embrionário para o ensino de empreendedorismo que será apresentado a seguir. Em segundo lugar, diante das pesquisas realizadas nos últimos anos no que se refere ao Desenvolvimento Regional Sustentável, no âmbito do Núcleo de Estudos do Recôncavo (NERAN) identificamos a necessidade de promover a cultura empreendedora na região, por acreditarmos que através do empreendedorismo é possível diminuir as diferenças socioeconômicas vivenciadas neste território.

É evidente que ao afirmarmos a importância do empreendedorismo, não estamos subalternizando outras possibilidades de desenvolvimento local, mas destacamos que em um cenário complexo é necessário pensar múltiplas alternativas para desenvolver um determinado local.

Inicialmente ao prepararmos este ensaio nos questionamos: é possível ensinar empreendedorismo? Antes de responder a esta pergunta surgiu um novo questionamento: que tipo de ensino temos no Brasil e por que é importante inserir o empreendedorismo?

Para responder a tais questionamento precisamos traçar uma linha do tempo da educação no país, que primeiramente é datada de 1549 com a chegada dos Jesuítas no Brasil colônia,



com a função de catequização dos índios e de fornecer a educação básica aos filhos dos colonos, durante quase trezentos anos este foi o único modelo de educação existente no país, só após o ano de 1810, com a assinatura do tratado de livre comércio entre Portugal e Inglaterra e a fixação dos primeiros ingleses em solo brasileiro, que começam a surgir as escolas com base nas religiões protestantes. Neste mesmo período com a chegada da família real Portuguesa é que se inicia uma preocupação maior com a educação no Brasil, tendo em vista a necessidade de atender a toda a corte de Portugal que estaria agora instalada no país.

Somente com a chegada da república e a constituição de 1891 que o ensino no Brasil começa a se organizar com o distanciamento da corte e da confessionalidade, o que gerou uma identidade no ensino brasileiro sendo ele elitista e profissionalizante, voltado para a solução dos problemas locais e das questões de ordem prática. Somente com a reestruturação do ensino superior na década de 1960 que o país começa a expandir seus indicadores de matriculados, percebendo-se uma rápida expansão nas décadas seguintes e chegando ao processo de democratização do ensino superior que foi vivenciado nos anos finais da década de 1990 e o início dos anos 2000.

Contudo, as marcas do descaso da educação são perceptíveis e o processo de expansão da oferta não foi acompanhado pelo aumento da qualidade, desta maneira o que se criou no país foi um ensino que mantém o elitismo disfarçado pela expansão, no momento em que os estudantes mais bem preparados (na sua maioria oriundos das classes mais abastardas) ocupam as vagas das melhores instituições, enquanto que os estudantes menos preparados para ocupam as vagas das piores instituições.

A LDBEN (1996) caracteriza o ensino superior como sendo o responsável pelo desenvolvimento cultural e estímulo do conhecimento científico e pensamento reflexivo, além de atender às necessidades de desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica. No entanto, o que se percebe é um modelo de reprodução de conhecimento, sem a participação ativa dos educandos, preparando-os na maioria das vezes os egressos apenas para atuação no mercado do trabalho. Ou seja, as instituições que seriam responsáveis por preparar os futuros cidadãos para a sociedade, funcionam como centro de capacitação para as empresas. A visão crítica, a reflexividade, o desenvolvimento do educando torna-se cada vez mais difícil em um modelo de educação bancária (FREIRE, 2005), em que “o sonho do oprimido é se tornar opressor” (FREIRE, 2006).

Diante de tal cenário, respondemos a nosso questionamento inicial, precisamos inserir o empreendedorismo como mecanismo de inovação e principalmente de ruptura com os modelos existentes no país. Uma pedagogia que permita ao estudante o desenvolvimento de suas capacidades e uma orientação para o empreender. Não apenas o empreender do ponto de vista dos negócios, mas o empreender no sentido mais amplo da palavra, de empreender na vida, como uma verdadeira prática da liberdade, adotando aqui a expressão freiriana.

A palavra “Empreender” tem origem francesa e significa colocar na prática, ou submeter a experiência, ou ainda a capacidade de assumir riscos, e tem sido utilizada no mundo dos negócios para especificar as capacidades do empreendedor, tais como a persistência, a capacidade de estabelecer objetivos, a iniciativa e a criatividade. O ensino do empreendedorismo inicia no Brasil nos anos de 1980 com a introdução do assunto nos programas da Fundação Getúlio Vargas, mas ganha grandes proporções a partir dos anos 2000 figurando pelo menos como disciplina em boa parte das instituições de ensino superior no Brasil (MUYDLER; DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Para Souza e Saraiva (2010) ainda são muitos os desafios ao tentar ensinar empreendedorismo, o primeiro perpassa pela definição do que se ensinar, o segundo nas estratégias metodológicas adotadas e por último no suporte institucional que deve ser dado para o ensino do empreendedorismo.

Diante deste cenário, que o SEBRAE desenvolveu no final dos anos 2000 todo um suporte para que instituições de ensino pudessem ensinar empreendedorismo. O programa nacional de educação empreendedora do SEBRAE visa transferir para instituições de ensino diferentes ferramentas para o ensino do empreendedorismo, desde material e uma disciplina pronta de empreendedorismo até ações conjuntas, plataformas de aprendizagem, jogos e capacitações para docentes implementarem o empreendedorismo.

Mas, de que empreendedorismo estamos falando? Se a lógica por trás do empreendedorismo é a abertura de novos negócios estaríamos ensinando os estudantes a serem livres? Não seria uma nova roupagem de uma educação bancária, com um rótulo de empreendedorismo? Infelizmente em muitos casos sim. A despreocupação conceitual e teórica vincula o empreendedorismo ao simples ato de abrir um negócio ou criar uma *start-up* para utilizarmos o termo do momento de negócios de base tecnológica, mas o modelo que defendemos neste ensaio ultrapassa estas limitações, propomos um modelo de empreendedorismo para a vida.

Na concepção que estamos preocupados em defender neste ensaio, o empreendedorismo é uma atitude perante a vida, em que o indivíduo devidamente capacitado de diferentes competências e habilidades, tem a possibilidade de exercer perante a sua vida e a dos que o circundam uma atitude empreendedora, transformando a sua realidade e dos outros, um exercício constante da liberdade.

Neste sentido, o empreendedorismo não se limita a abertura de um negócio, ou a criação de uma empresa, mas em atitudes diárias de transformação do sentido do trabalho, das relações sociais e da articulação dos saberes, em busca da autonomia do sujeito e da liberdade de escolha, que pode desembocar no final da trilha em uma empresa, produto ou serviço, processo, negócio social, no protagonismo comunitário, em uma movimentação política, ou simplesmente em uma postura proativa frente as circunstâncias da vida.

Logicamente que esta concepção precisa ser desenvolvida através de diferentes estratégias de ensino e articulada com diferentes conhecimentos, para que os estudantes se sintam motivados e percebam a importância do rompimento com a educação preparatória para o mercado de trabalho e busquem uma educação empreendedora para a vida.

Para a execução desta proposta buscamos nos munir com um diferente repertório para o ensino do empreendedorismo, que consiste inicialmente na implantação da disciplina de empreendedorismo em todos os cursos da instituição (Faculdade Adventista da Bahia); depois a criação de um Núcleo de Empreendedorismo e Inovação (NEI) um espaço para o desenvolvimento das capacidades empreendedoras dos estudantes; em seguida a articulação para uma parceria com o SEBRAE para a transferência de tecnologia e conhecimento para a aplicação de diferentes metodologias de empreendedorismo.

Estas ações culminaram em um projeto de empreendedorismo e inovação que tem as seguintes fases:

1. Sensibilização: Constitui a fase inicial do processo e consiste na realização de diferentes eventos, para despertar o interesse no comportamento empreendedor, estas ações estão alinhadas com as disciplinas

de empreendedorismo tradicionalmente ofertadas;

2. Instrumentalização: refere-se ao processo de formação das competências e atitudes empreendedoras através de uma trilha de aprendizado empreendedor, para que o estudante, ou membro da comunidade acadêmica interessado e despertado pelo empreendedorismo se aproprie de diferentes ferramentas;
3. Aceleração/acompanhamento: neste momento é hora de acompanhar e auxiliar através dos conhecimentos institucionais e do *know-how* dos docentes as propostas empreendedoras dos estudantes;

A proposta é que estes mecanismos, alinhados com as parcerias estratégicas da IES, favoreçam a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento empreendedor, e auxiliem a criação de um desenvolvimento com o olhar no local. Estas preocupações coadunam com uma perspectiva de educação que ultrapasse as limitações do pensamento centrado no “eu” e favoreçam um olhar empreendedor para o “nosso”.

Entendemos que o projeto é embrionário e seria precoce apresentar qualquer tipo de resultado, mas a proposição deste artigo serve para balizar futuras discussões e apresentar a nossa proposta de trabalho, que está aberta a sugestões, críticas e principalmente colaboração. O que buscamos aqui é apresentar uma proposta que está sendo gestada em uma instituição preocupada com a sua realidade e que busca através dos seus conhecimentos a transformação do local.

Por fim, acreditamos nas palavras de Caggy (2016) “O objetivo do empreendedorismo não é apenas o de montar um negócio, vai além do mundo dos negócios. É possibilitar as pessoas uma vida protagonista, em que as suas escolhas e possibilidades são direcionadas por sua atitude. Empreender é um exercício da liberdade”. Esta é nossa explicação para o empreendedorismo, e a justificativa para implementarmos em todos os níveis da educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAGGY, R. C. S. S. **Educação Empreendedora**. Núcleo de Empreendedorismo e Inovação (NEI) – FADBA, Termo de Abertura do Núcleo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MUYLDER, C. F.; DIAS, A. T.; OLIVEIRA, C. L. *Is it Possible to Teach Entrepreneurship? Comparative Analysis with Brazilian Students*. **Revista de Ciências da Administração** ■ v. 15, n. 37, p. 82-91, dez. 2013

SOUZA, A. M.; SARAIVA, L. A. S. Práticas e desafios do ensino de empreendedorismo na graduação em uma instituição de ensino superior. **Gestão & Regionalidade**, Vol. 26, nº 78, set/dez, 2010.

# Revista Formadores

*Vivências e Estudos*

MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9      Número 6      Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE    ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

**Tânia Moura Benevides**  
taniamoura2511@gmail.com

Graduada em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa (1996), especialista em Finanças Empresariais pela FGV (2000), mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador (2003) e doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2012). Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora horista da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Coordenadora pró-tempore do curso de Administração da UNEB.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18  
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –  
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016  
Caderno Especial

## SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL: A ESSÊNCIA DESTRUTIVA DO CAPITAL E A SUA INCONTROLABILIDADE

*Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que faz de si mesmo, tampouco se pode julgar uma época de transformação pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas e as relações de produção.*

**KARL MARX**

### ENSAIO

A compreensão do território em estudo pressupõe o entendimento da natureza das atuais formas de produção e reprodução do capital. István Mészáros, através do conceito de sociometabolismo do capital - unidade indissolúvel, totalizante e globalmente abrangente - constituído a partir da complexa relação entre Estado, capital e trabalho, afirma a tese de que o capitalismo<sup>1</sup> não esgota as possibilidades de realização do capital, tratando-se tão somente em uma das formas possíveis de sua realização, uma das suas variantes históricas (MÉSZÁROS, 2009a; TONET; NASCIMENTO, 2007; PANIAGO, 2007).

Mészáros constrói o conceito de sociometabolismo do capital qualificado como um complexo fruto da divisão social do trabalho, que traz como resultado a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Falar de sociometabolismo do capital significa reportar-nos a um processo histórico, que se caracteriza pela universalização da produção de mercadorias, de absoluta

<sup>1</sup> Para Mészáros (2009a), o capitalismo é uma fase particular da produção do capital que se caracteriza por: dominação da produção para a troca; mercadorização da força de trabalho; motivação para o lucro como forma reguladora da produção; assunção de uma forma inerentemente econômica para o mecanismo vital gera formação de mais-valia (separação radical entre os meios de produção e os produtores); extração e apropriação privada da mais-valia; e integração global da produção do capital, formando um sistema de dominação e subordinação econômica.

subordinação do valor de uso ao valor de troca e do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2009a; ANTUNES, 2009b).

“Os elementos constitutivos do sistema do capital [...] remontam a milhares de anos na história. [...] somente nos últimos séculos sob a forma burguesa capitalista, o capital pôde afirmar com êxito sua vigência como um sistema orgânico onabrangente” (MÉSZÁROS, 2007b, p. 55).

O sistema de sociometabolismo do capital, constituído pelo tripé Estado, capital e trabalho tem no trabalho seu eixo principal. O capital, enquanto modo de controle, estabelece sobre o trabalho um domínio que não se sustenta numa relação de titularidade legal ou jurídica, mas sim sobre a apropriação da mais-valia e, por isso, tem que exercer seu poder, orientado para a expansão, em todas as circunstâncias históricas (ANTUNES, 2009b; MÉSZÁROS, 2009a; PANIAGO, 2007).

A relação de dependência inerente ao modo de controle do sistema de sociometabolismo do capital encontra-se fundada nas diferentes funções desempenhadas pelo trabalho [produtor de mais-valia] e pelo capital [apropriador de mais-valia]. Há uma compulsão incontrollável para a extração do trabalho excedente que surge da diferença nas funções econômicas (MÉSZÁROS, 2009a).

Para administrar os antagonismos estruturais de produção e controle, o Estado moderno, primeiro elemento constitutivo do tripé, tornou-se uma exigência. O Estado moderno não apenas nasce com o capitalismo, como estabelece com ele, através de séculos, uma relação conturbada que é indispensável e frutífera para “os donos do dinheiro” e para “os donos do poder político”. Há uma compulsão conjunta à expansão e à extraterritorialidade – os Estados já nascem com vocações imperialistas, e o capitalismo age como força globalizante (FIORI, 2001).

O Estado tem a capacidade de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção e suas personificações, graças a sua estrutura, que produz inter-relações políticas e legais (diretas ou indiretas) nas situações de conflito entre capital e trabalho. São intervenções corretivas efetuadas de acordo com a expansão e acumulação do capital, e que facilitam a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes (MÉSZÁROS, 2009a).

O Estado moderno altamente burocratizado, com toda complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isto significa que o Estado se afirma como um pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas suas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediano e abrangente (MÉSZÁROS, 2009a, p. 109).

Mészáros (2009a) qualifica a intervenção do Estado como uma “ajuda estranha” ao sistema sociometabólico prevalecente, destacando algumas das funções do Estado: apoiar diretamente a produção capitalista para assegurar a sua continuidade; viabilizar o desenvolvimento monopolista, através de regulamentação das fusões de acordo com a “livre competição” e “interesse nacional”; fornecer fundos para a manutenção do sistema sociometabólico, assegurando a reprodução da força de trabalho que as empresas capitalistas são incapazes de financiar por si próprias – educação e serviço de saúde; envolver-se na produção de capital



fixo; subsidiar empresas capitalistas, desde fundos de pesquisa até contratos estatais para manutenção da infraestrutura e práticas agrícolas de pseudos mercados; resgatar pela nacionalização, ou estatização, empreendimentos capitalistas falidos, garantindo a viabilidade econômica através de investimentos estatais financiados por impostos gerais, retornando-o ao setor privado através de monopólios ou quase monopólios privados; e, por fim, administrar o sistema de seguridade social, que exige altos investimentos estatais.

O sistema do capital, para Mészáros (2009a), considera o Estado moderno como única estrutura compatível com os seus parâmetros estruturais, ou seja, com o seu modo de controle sociometabólico. Entretanto, destaca que esse deve atuar até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos limites do sistema. Sua função é retificar a falta de unidade entre produção e controle, produção e consumo, e produção e circulação global. Essa função de retificação da falta de controle do sistema se dá, segundo Poulantzas (2000), de duas maneiras: a primeira através da promoção do capital e a segunda através da regulação. Assim, os Estados nacionais se organizaram respeitando uma hierarquia e seguindo o ordenamento global do capital, o que garante a expansão e a acumulação, através da exploração da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2009a; MÉSZÁROS, 2007b).

O capital, segundo elemento constitutivo do tripé, penetra no domínio do sistema sociometabólico desvelando os defeitos estruturais deste: a) produção e controle separados e diametralmente opostos; b) produção e consumo independentes, levando ao favorecimento do consumismo em detrimento da satisfação das necessidades elementares de milhões de seres humanos; e c) produção e circulação não integrados viabilizando a desintegração do capital social do domínio global da circulação (ANTUNES, 2007a).

Antes de o capital penetrar no domínio da produção, as relações não sofriam mediações, ou seja, eram mediações primárias ou de primeira ordem. As mediações primárias buscam a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal e partem do pressuposto de que os seres humanos são integrantes da natureza e, como tal, devem realizar suas necessidades elementares por meio de constante intercâmbio com a mesma (ANTUNES, 2007a).

As mediações primárias, ou de primeira ordem, incluem as seguintes regulações: regulação das atividades biológicas; regulação dos processos de trabalho para a satisfação das necessidades humanas; estabelecimento de um sistema de trocas compatíveis com as necessidades requeridas; organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades materiais e culturais; alocação racional de recursos materiais e humanos; constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais. Estas mediações têm por função a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal (ANTUNES, 2007a).

No sistema do capital, entretanto, há uma preponderância das mediações de segunda ordem, que “se constituem como um ciclo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Elas se interpõem como ‘mediações’ destrutivas da ‘mediação primária’, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 179).

A mediações de segunda ordem são formas de (des)sociabilização, ou seja, meios de produção alienados e suas “personificações”, que incluem: o dinheiro, circulando de modo dominante e de inúmeras formas, que atualmente configura-se como uma força opressora global do sistema monetário; os meios de produção e seus objetivos, que são alienados e impostos de modo submisso e desumanizante à expansão e

acumulação do capital, substituindo o valor de uso pelo valor de troca; o Estado, que se apresenta de formas variadas, com os Estados nacionais enfrentando-se em um cenário global; a família nuclear que media as leis do Estado e o reproduz; o mercado que elimina rivais e propaga para si maiores vantagens; e, por fim, o trabalho, que está estruturalmente separado da possibilidade de controle e funciona como um trabalho assalariado, coagido e explorado pela compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2009a).

As mediações de segunda ordem passaram a se constituir como elemento fundante do sistema de metabolismo social do capital e levam à degradação da ordem primária. A prevaência das mediações de segunda ordem anula a consciência das relações primárias de mediação, isto porque produzem uma inversão da relação que degrada a ordem primária e aliena as mediações. Esta inversão tem consequências perigosas para a sobrevivência da humanidade e não podem ser aceitas de forma acrítica. (MÉSZÁROS, 1995 apud ANTUNES 2007a; MÉSZÁROS, 2009a). Nesse processo, a lógica societal se inverte e se transfigura, forjando um sistema de metabolismo social estruturado pelo capital. Com efeito, dadas as mediações impostas, o sistema do capital se articula em uma rede de contradições que são administráveis apenas temporariamente (ANTUNES, 2007a).

Kurz (2004) também discute as distintas formas de mediação do capital, denominando-as de “primeira natureza” e “segunda natureza”. Para o autor, no sistema produtor de mercadorias da modernidade, a lógica da necessidade foi invertida; pois, à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e a cientificização, rompem com a “primeira natureza” e passam a ser presas numa coação social secundária. A inversão é a constituição de todas as sociedades da modernidade e é dela que se origina o caráter do trabalho moderno – o trabalho como atividade que traz em si sua própria finalidade.

O sistema sociometabólico do capital necessita, como precondição necessária de seu próprio modo de operação, de expansão e acumulação constantes; entretanto, há limitações para esta expansão dada a falta de condições materiais, levando o sistema a contradições e crises<sup>2</sup>. Nesse processo, tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem levar em consideração os imperativos humano-sociais vitais. O trabalho é corroído e precarizado em função da incontrolável produção e consumo supérfluos, que impulsionam a destruição da natureza em escala global (MÉSZÁROS, 2009a; MÉSZÁROS, 2009b).

Mészáros (2003) destaca algumas dessas contradições, quais sejam: produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; produção e destruição; dominação sobre o trabalho e dependência do trabalho vivo; autoritarismo e consensualidade; expansão do emprego e geração do desemprego; economia de recursos e desperdício; crescimento econômico e concomitante destruição ambiental; tendência globalizadora de empresas transnacionais e restrições exercidas pelos Estados nacionais; regulação econômica e políticas de extração de sobretrabalho; e, na raiz de todas elas, o inconciliável antagonismo entre capital e trabalho que assume a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2007a).

Com efeito, há no interior da estrutura do sistema socioeconômico existente uma multiplicidade de

**2** As crises do capitalismo são fruto dos problemas que se acumulam e que se tornam cada vez mais explosivos. Trata-se de uma tendência objetiva inerente ao capital. Isto ocorre porque o capital está encerrado no ciclo vicioso do curto prazo, que não tolera regulação socioeconômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para expansão. A crise emana da baixa eficiência e da insuficiência da extração do trabalho excedente, uma vez que a força extratora do trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital (MÉSZÁROS, 2009a; MÉSZÁROS, 2009b).

interconexões potencialmente dialéticas, reproduzidas na forma de dualismos, dicotomias e antinomias que reificam o homem. Todas as categorias de trabalhadores, qualificados e não qualificados, sofrem as consequências dessas contradições (MÉSZÁROS, 2007a; MÉSZÁROS, 2003; MÉSZÁROS, 2009b).

A identidade das formas desenvolvidas ou subdesenvolvidas do capital só se aplica a sua natureza mais profunda e ao seu modo de existência sempre historicamente adaptado. Trata-se de uma natureza inalterável que o torna eminentemente próprio para a realização dos objetivos das mediações de segunda ordem e hostil para aceitar todos os tipos que não se ajustam a essas mediações, ainda que as mesmas sejam vitais para os interesses humanos. Busca, assim, afirmar-se com um domínio absoluto sobre todos os seres humanos. Uma rede hoje universalmente dominante (MÉSZÁROS, 2009a).

Na busca pela acumulação, o capital se transforma no mais dinâmico e competente extrator do trabalho excedente. Isto porque a forma de atuação do capital, que penetra no domínio da circulação transformando o valor de uso em valor de troca e eliminando as restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência, faz com que sejam eliminadas as mistificações inerentes à noção de “trabalho livre contratual”, absorvendo o capital do peso da dominação forçada, eliminando a noção de “escavidão assalariada”. Trata-se de um modo específico de controle sociometabólico que não reconhece limites e/ou fronteiras, que vai se constituindo para atingir sua forma plenamente desenvolvida num sistema global (MÉSZÁROS, 2009a).

Para Mézárós (2009a), o comando sobre o trabalho é a condição crucial para a existência e funcionamento do capital; entretanto, as modalidades de comando vão ao longo da história sendo exercidas de formas distintas, sem jamais deixarem de existir, uma vez que esta é uma condição para a permanência do sistema, pois sem o controle sobre o trabalho o capital deixaria de existir. Não sendo uma entidade material nem um mecanismo que possa ser racionalmente controlável, o capital acaba por se constituir em uma poderosa estrutura totalizante, organizadora e controladora do metabolismo societal, à qual todos devem se adaptar (ANTUNES, 2007a).

[...] o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até formas de controle mais surpreendentes e intrigantes [...] De fato é assim que o sistema do capital constantemente redefine e estende seus próprios *limites relativos*, prosseguindo no seu caminho sob as circunstâncias que mudam, precisamente para manter o mais alto grau possível de extração de trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento. (MÉSZÁROS, 2009a, p. 97, grifo do autor).

O último elemento do tripé do sistema do capital, o trabalho, é o elemento fundamental que sustenta a sua estrutura. Para transformar a produção da riqueza, foi imprescindível separar o valor de uso do valor de troca. A supremacia do último é um dos grandes sucessos da dinâmica do capital – orientada para a multiplicação da riqueza material (MÉSZÁROS, 2009a).

O capital se desenvolveu quando submeteu/transformou o trabalhador em assalariado, fazendo com que este se defrontasse na sociedade de mercado com a oposição entre meios de trabalho e trabalho vivo, assim o trabalho vivo passou a se constituir como um meio de preservação e expansão do capital. “O dinheiro surge como a mediação necessária entre mercadorias que se trocam no mercado” (PANIAGO, 2007, p. 24).

Durante o desenvolvimento histórico do capital, segundo Mézárós (2009a), o significado da pro-

priedade foi alterado até se tornar irreconhecível. A propriedade foi identificada como a “coisa” produção e garantia institucionalizada de reprodução capitalista. Nesse processo, o trabalhador não pôde mais considerar as condições de sua produção e reprodução como sua própria propriedade. Elas [a produção e a reprodução] passaram a pertencer a um “ser estranho”, reificado, que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjuga aos imperativos materiais, subvertendo a relação entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva, reduzindo o ser humano ao status de condição material de produção (MÉSZÁROS, 2009a). O “ter” passou a dominar o “ser” em todas as esferas da vida, ao passo que o “eu” do sujeito produtivo foi destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho. Os trabalhadores passaram a ser reconhecidos como consumidores manipulados (MÉSZÁROS, 2009a).

A produção passa a ter por finalidade a multiplicação sem fim das riquezas, os seres humanos são considerados apenas com finalidade de produção constituindo uma relação social mercantilizada e reificada entre os sujeitos produtivos e seu controlador. A tarefa de reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida igualmente de modo feitichizado, como a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção. O ser humano é mais uma parte estritamente subordinada, um fator material de produção que exerce, de modo empobrecido, alienado e desumanizado, as funções do trabalho vivo (MÉSZÁROS, 2009a).

Mészáros (2009a) considera que a divisão social hierárquica do trabalho como força cimentadora da sociedade é problemática, pois se apresenta como condição insuperável. Esta divisão estrutura a sociedade de maneira antagônica, visto que as funções de produção e controle do processo de trabalho ficam separadas, já que são atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Essa leva à divisão funcional do trabalho, que se caracteriza pela multiplicidade de jornadas de trabalho, coexistentes e cooperantes, que podem ser arranjadas e supervisionadas lado a lado, ainda que espalhadas por muitos países, num padrão funcionalmente adequado e dinamicamente modificável.

A estruturação vertical consiste na capacidade do capital em ordenar a multiplicidade de jornadas de trabalho num padrão hierárquico. Esse padrão constitui a garantia da aplicabilidade segura e difusão do princípio organizacional horizontal. Esta estruturação assegura a expansão contínua da mais-valia com base na máxima exploração praticável da totalidade do trabalho (MÉSZÁROS, 2009a).

As estruturações verticais aliadas à estruturação horizontal definem o desdobramento e avanço histórico do sistema do capital, numa reciprocidade dialética. Isso garante que a mais-valia seja extraída do trabalho vivo e apropriada pelo capital por um complexo conjunto de mecanismos econômicos. Há nesse processo a fragmentação extrema do trabalho e a degradação do trabalhador. Como resultado, obtém-se um trabalho mercantilizado e homogeneizado que viabiliza a integração do sistema e assegura a necessária continuidade da produção (MÉSZÁROS, 2009a). Corroborando, Antunes (2007a) ressalta que o capital subordina as funções vitais do trabalho através de um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho.

O capital adquire força por fazer parte do próprio modo como se estrutura a ordem social, pois seu domínio sobre o trabalho não se sustenta numa relação de titularidade legal ou jurídica, mas sobre a apropriação da mais-valia, exercendo seu poder determinante no processo sociometabólico, materialmente encastado, hierárquico e orientado para a expansão. O círculo vicioso da relação capital-trabalho torna-se

condição de autorreprodução, pois possui uma lógica que precede a vontade do capitalista e se impõe sobre a classe trabalhadora, por meio de formas mutáveis de dominação. O controle do sociometabolismo não apenas submete o trabalho; mas, principalmente, garante o exercício do total comando sobre o trabalho (PANIAGO, 2007). Como afirma Mézáros (2006, p.33), “Os obstáculos mais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: ‘flexibilidade’ e ‘desregulamentação’”.

O sistema sociometabólico do capital, totalizante e globalmente abrangente, apresenta a sua essência incontrolável e destrutiva para produzir valor em escala sempre crescente, pois esse sistema, para a realização dos seus objetivos acumulativos, se sobrepõe a toda vontade subjetiva dos indivíduos, transformando o processo original de produção em autorreprodução do capital, o que exige a submissão da força de trabalho como condição primeira. Ao “flexibilizar” e “desregulamentar” o trabalho, o sociometabolismo do capital amplia a sua expansão e acumulação, pois a expansão ampliada do capital se dá através, e principalmente, do aumento das taxas de mais-valia (MÉSZÁROS, 2006; PANIAGO, 2007).

A incontrolabilidade se afirmou quando o sistema do capital, para atingir o domínio universal do sociometabolismo, eliminou as barreiras dos modos de produção anteriores, implantando uma escala mundial de troca de atividades e produtos, transferindo as condições de produção da unidade industrial isolada para o contexto global, o que implicou na reprodução sociometabólica mais ampla, com base nos princípios viáveis do capital. Assim, não há nenhuma unidade, tais como empresa, Estado ou indivíduo, que possa assumir o controle da produção ou reprodução metabólica global. A incontrolabilidade, inerente à lógica do sistema, figura então como o preço pago pela universalização do modo de controle sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2009a; PANIAGO, 2007).

O controle, segundo Mézáros (2009a), passa a ser uma busca em toda parte; entretanto, não se constitui em parte alguma. As organizações buscam aumentar a sua “fatia de mercado” através do constante aumento da escala de operação, visando tão somente a acumulação e oportunidade de controle, não importando o quão destrutivas sejam as suas ações em escala global estimuladas pela voracidade da utilização dos recursos disponíveis. O autor afirma que as empresas [particulares] estão preocupadas apenas em preencher os critérios feiticistas da eficiência econômica, com a finalidade única de sobreviver e prosperar. A característica principal do sistema do capital é que este modo metabólico de controle não tem nenhum sujeito consciente no efetivo controle do sistema, devendo toda finalidade reprodutiva estar condicionada pela expansão da grandeza do valor produzido socialmente, o que Mézáros (2006 apud PANIAGO, 2007, p. 185) denomina de “sistema de controle sem sujeito”. As empresas capitalistas, aqui incluindo as instituições bancárias, a fim de garantir a sua expansão e acumulação, buscam ampliar o controle sobre o mercado.

Superar o sistema sociometabólico do capital implica na superação dos elementos constitutivos do tripé que o sustenta, ou seja, a eliminação do conjunto dos elementos: Estado, capital e trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007a.



- \_\_\_ . Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- \_\_\_ . A substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009b.
- FIORI, José Luís. **Brasil no espaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.
- MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_ . **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Org: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_ . **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009a.
- \_\_\_ . **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009b.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **A Centralidade do trabalho**. In: TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. (Org.). Descaminho da esquerda. São Paulo: ALFA-OMEGA, 2009.

# Revista Formadores

*Vivências e Estudos*

**MOSAICO - CAPOEIRUÇU**

Volume 9      Número 6      Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE    ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

**Sidarta da Silva Rodrigues**  
sidarta.rodrigues@gmail.com

Psicólogo formado pela Universidade Federal da Bahia (2010), Pós-graduando em terapia Analítico-Comportamental (UNIJORGE). cursou o mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (PPGF-UFBA) participando do grupo de pesquisa Mente, realidade e conhecimento (UFBA). Atualmente pesquisa o tema da subjetividade a partir do Pragmatismo e possui interesses na interface Filosofia e história da Psicologia, Clínica Comportamental e Ética e Formação de psicólogos.

**Adalene Torres Barreto Sales**  
adalene.sales@gmail.com

Mestre em Psicologia na área da Psicologia do Desenvolvimento Humano na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Docência do Ensino Superior: aspectos teórico-metodológicos pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela Faculdade Paulista de Ciências e Letras. Experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em atendimento a crianças, e projetos comunitários com ênfase em ações de mudanças comportamentais em saúde (saúde preventiva e reprodutiva, DSTs, AIDS). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia. Professora do curso de pós-graduação em Psicopedagogia e Estudos em Família da Faculdade Adventista da Bahia.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18  
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –  
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016  
Caderno Especial

## QUANTO A PSICOLOGIA SE APROXIMA DO POLÍTICO E DO SOCIAL: O CAMPO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

### ENSAIO

A emergência da Psicologia Comunitária (PC) como campo de atuação profissional e disciplina acadêmica é relativamente recente. Somente a partir da década de 60 que o debate em torno do conceito de comunidade e o interesse pela criação de intervenções de amplo impacto social orientadas para promoção do bem-estar foram destacados no contexto geral da psicologia. Desde então, a expectativa de que um novo paradigma para a prática de psicólogos estaria se desenvolvendo tem sido acompanhada da necessidade de sistematização, tanto no âmbito da investigação teórica como das intervenções produzidas.

A forte interdisciplinaridade característica deste campo e a diversidade observada nos distintos contextos locais de desenvolvimento da PC evidenciam o papel crucial do debate sobre os princípios desta prática para ocorrência desta sistematização. O caráter de novidade desta abordagem tem sido apontado na literatura brasileira como justificativa para o pouco consenso acerca dos objetivos da intervenção. Além disto, a própria definição de noções básicas como comunidade é apontada como uma tarefa difícil em virtude da polissemia, visto que sempre faz referência a um contexto social específico. Por fim, não definir este conceito expressaria ainda o respeito por diferentes concepções e a própria flexibilidade diante da incerta - e em alguma medida indesejável - objetividade (SILVA, SIMON, 2005; GOMES, 1999; SAWAIA, 1996). O breve percurso da investigação nesta área e a defesa da diversidade de pontos de vista não constituem, ao nosso ver, razões suficientes para que tais definições não sejam investigadas.

Talvez a pouca clareza acerca dos horizontes deste campo seja melhor compreendida através do entendimento sobre o lugar da PC na história da psicologia. Frequentemente descrita como uma perspectiva recente, é também identificada

como uma novidade tardia na abordagem dos problemas humanos pela psicologia. Por um lado, a PC pretende ampliar o alcance da atuação profissional de psicólogos para além do contexto da clínica individual e de pequenos grupos. Por outro lado, pretende marcar uma posição crítica à tradição reformulando a já conhecida objeção contra a legitimação da psicologia como uma ciência natural. O alvo da crítica é a concepção individualista da subjetividade, definida, *grosso modo*, como uma dimensão da experiência humana deslocada da influência do contexto social, por isso a-histórica e pretensamente universal. Há um aspecto desta crítica que, endereçada a uma expressão da Psicologia Social, atinge com igual precisão a trajetória histórica da psicologia. No cerne desta posição está a ideia de que, até então, a prática dos psicólogos não teria produzido uma mudança significativa na estrutura dos problemas sociais e que isto justificaria a criação de mais uma divisão na psicologia.

Esta característica compartilhada por diferentes propostas da PC pode ser definida como a primazia da política sobre a epistemologia e é assumida aqui como o ponto central desta análise. Tal ênfase é ilustrada através da ideia de que “[...] muito mais importante examinar a situação histórica de nossos povos e suas necessidades do que estabelecer o âmbito específico da psicologia como ciência ou como atividade” (MARTIN-BARÓ, 1996, p.7). Como parte da sua metodologia de investigação da realidade, a Psicologia Comunitária é marcada pela reflexão radical acerca do seu próprio fazer e, como tal, assume para si a função de criar as condições para que psicólogos atuem como agentes de mudança capazes de atender aos problemas concretos mais urgentes da sociedade. Neste sentido, ainda que a PC se volte contra um amplo espectro de atuação ao qual chama tradicional, assume como objetivo último da sua intervenção a autonomia, princípio ético que inaugura a própria tradição da psicologia como ciência moderna. Assim, a PC pode ser definida como “[...] uma via de interação, geradora de tecnologia social, cujo objetivo é conquistar a autogestão para que os indivíduos produzam e controlem as mudanças em seu ambiente imediato” (MONTERO, p.397).

Tal como caracterizada até aqui, a Psicologia Comunitária constitui um movimento centrado na reflexão sobre a dimensão política estabelecida pela prática da psicologia, isto é, a validade do conhecimento produzido é verificada na qualidade das mudanças sociais produzidas. Portanto, uma questão central neste campo é esclarecer “*que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade*” (MARTIN-BARÓ, 1996, p. 13). De acordo com esta perspectiva, caberia ao trabalho dos psicólogos levar à tomada de consciência, identificar problemas e necessidades, levar a comunidade a observar as próprias potencialidades, tomar decisões compartilhadas acerca de mudanças ambientais tendo em vista uma mudança significativa nas relações. Este caráter pragmático da atuação na PC é orientado por, pelo menos, três princípios básicos que podem ser definidos como contextualismo, relativismo cultural e mudança social como autonomia comunitária.

O contextualismo se refere à premissa de que o entendimento acerca do sofrimento, dos motivos para ação ou da identidade de um indivíduo só é possível mediante a compreensão do seu (indivíduo) contexto. Este fundamento é estabelecido a partir de uma posição epistêmica contrária às inclinações por universais na tradição psicológica e descreve como pouco efetivo para mudanças sociais relevantes o conhecimento sobre categorias tais como “A Mente ou O cérebro”, “A Mulher”, entre outros. A ideia central está presente tanto em uma perspectiva sócio-histórica como numa abordagem ecológica das relações comunitárias. O

segundo princípio – relativismo cultural – é definido, *grosso modo*, pela ideia de que todas as culturas, no que tange à defesa de valores, se equivalem. Na prática, tal relativismo almeja um modelo de convivência onde prevaleça a diversidade cultural, tendo em vista a possibilidade de indivíduos manifestarem o desacordo em relação a padrões sem constrangimentos, visto que não há possibilidade de assumir um ponto de vista único ou privilegiado *per se* (PRILLELTENSKY, NELSON, 2003). Radicalizando do lado da crítica ao imperativo da objetividade, a PC acredita que a diversidade permite maior fidelidade à natureza da experiência humana, que é sempre plural. O terceiro princípio é o enfoque na mudança social e está relacionado à distribuição e acesso a recursos e à proposição de mudanças estruturais a partir do próprio esforço comunitário (ORNELAS, 1997). Assim, a prática da PC é norteadada pela interação entre três dimensões que, por vezes, mostram-se conflituosas entre si: ciência, valores e política (RAPPAPORT, 1977).

Há pelo menos dois modos de atribuir sentido ao trabalho de psicólogos como agentes comprometidos com um ideal de transformação social. O primeiro sentido é o de prevenção e promoção do bem-estar. A prescrição destes valores expressa uma distinção quanto à abordagem tradicional da psicologia de produzir intervenções sobre os problemas predominantemente na forma de tratamento ou reabilitação. A PC tem como objetivo ampliar a competência e bem-estar social através do vínculo comunitário e do desenvolvimento de ações políticas na esfera dos problemas sociais, em detrimento da prioridade de intervenções sobre os indivíduos (PRILLELTENSKY, 2003). Por outro lado, tal valor está relacionado à ideia de que os problemas sociais enfrentados por determinadas comunidades é uma *questão de necessidade*. Diante de uma “população em risco” ou “vulnerável”, a intervenção profissional pode ser pensada como uma assistência especializada, voltada para identificação de fatores de risco e prevenção dos efeitos indesejáveis de uma determinada condição. Como exemplo, a atuação de psicólogos na prevenção de transtornos mentais, identificando nos indivíduos os primeiros sinais manifestados de um transtorno, realizando encaminhamentos, criando programas de aconselhamentos para crises, disponibilizando instrução pedagógica para familiares e pessoas próximas (REVENSON, SEIDMAN, 2002, p.7).

O surgimento da Psicologia Comunitária nos EUA esteve diretamente ligado à transformação da política de saúde mental naquele país. As consequências da reforma psiquiátrica norte-americana evidenciavam, tal como se observa nos demais lugares onde esta reforma foi experimentada, a necessidade de uma nova perspectiva sobre a natureza, público e finalidade dos serviços prestados. A proposta de uma intervenção alternativa, de maior abrangência e mais eficiente que o asilo em hospitais enfatizava a atuação preventiva e de amplo alcance populacional dos agentes de saúde. O fim do isolamento manicomial, da centralização do atendimento na figura do médico, o retorno dos internados às suas casas, a construção de novos dispositivos para efetivar tais mudanças, configuravam um conjunto de exigências para a criação de intervenções na própria comunidade destes indivíduos.

Este enfoque representou não apenas uma mudança do tratamento para prevenção das doenças mentais, mas, sobretudo, criou uma demanda para promoção da saúde mental. O objetivo era a participação da população “nos processos de tomada de decisões em relação aos serviços de saúde; na definição das prioridades para os serviços de saúde; e que a população identificasse suas próprias necessidades e os recursos para enfrentá-las, a partir da sua própria perspectiva em parceria com os profissionais de saúde” (SILVA, SIMON, 2005, p.42). Para tanto, a proximidade da comunidade, a disseminação do conhecimento

especializado como processo educativo, a ação na esfera política, ampliaram o horizonte de atuação de psicólogos: ainda que estivessem fortemente relacionados ao âmbito da saúde mental passavam, então, a construir um campo independente de atuação e produção de conhecimento (REVENSON, SEIDMAN, 2002; PRILLELTENSKY, 2003).

O segundo modo de definir o objetivo da intervenção na PC é o desenvolvimento do *empowerment* como um princípio normativo para atuação profissional. Tal valor é derivado da ideia de que a natureza do problema é, antes de tudo, uma *questão de direito* estabelece que, diante de uma “classe a ser representada”, cabe à psicologia “advogar” pela garantia do direito à cidadania. Neste sentido, a intervenção no cenário ilustrado acima pareceria demasiado normatizadora, por implicitamente demarcar uma fronteira crucial entre a doença mental e a *necessidade* de adaptação a uma condição culturalmente estabelecida (e.g. esquizofrenia *deve* ser tratada por seus efeitos prejudiciais ao indivíduo e sua comunidade). Uma intervenção voltada para a proteção do direito desta população em experimentar, sem constrangimento, a sua própria condição de vida poderia constituir o tema para uma crítica aos padrões sociais vigentes assim como para uma política pública de amplo alcance. O conflito entre questões de “necessidade” e “questões de direito”, “causas para ciência aplicada” e “causas para justiça” tem delimitado dois polos opostos desde o surgimento da Psicologia Comunitária nas américas (RAPPAPORT, 1977). A imagem do trabalho comunitário na psicologia tem sido dividida em torno desta tensão que tem assumido contornos geográficos: nos EUA, a generalização do trabalho clínico para outros contextos, a prescrição da adaptação como valor, o curso da intervenção partindo do indivíduo para comunidade (*bottom up*), enquanto abaixo da linha do equador, a revolução como um valor, a mudança partindo do social para o indivíduo (*top down*), a militância como meio de atuação por excelência.

Com um percurso histórico significativamente distinto do norte-americano, o desenvolvimento da Psicologia Comunitária na América Latina e Central ocorreu através da participação de psicólogos em movimentos sociais populares, na reivindicação pelos direitos humanos, na denúncia contra a miséria e desigualdade social promovida por oligarquias, no retrato de conflitos armados entre civis e ditaduras militares e no protesto contra a perda da autonomia nacional frente à influência da política externa, sobretudo, a norte-americana. Nesta perspectiva, a Psicologia Comunitária ainda “implica em uma espécie de enfrentamento epistemológico com a psicologia tradicional, cuja postura era a de legitimar a ordem social, servindo de instrumento de dominação” (CRUZ, p.78). De um modo geral, como observado, a PC marca um movimento “de avaliação crítica do papel das ciências humanas e sociais e, por conseguinte, do paradigma da neutralidade científica, desencadeado nos anos 60” (SILVA, SIMON, 2005, p.42). No entanto, o argumento vai além: a menos que os psicólogos empreendam este caminho orientado por tais transformações estruturais correrão o risco de manterem ou, no mínimo, legitimarem as causas dos problemas que pretendem, em alguma medida, solucionar.

A tensão entre estes dois modos de atribuir sentido ao trabalho da PC é caracterizada por um paradoxo: se é prática profissional aplicada de uma ciência, não produz a autonomia suficiente, posto que mantém a assimetria entre o saber especializado e a produção de conhecimento da comunidade. Por outro lado, se é uma defesa desta autonomia sem método, pode, na prática, não produzir transformação alguma ou ainda que produza, sem a definição de objetivos claros não há como mensurar a intervenção da PC. Esta dualidade entre uma psicologia científica que abandona uma transformação mais abrangente *versus* uma



psicologia militante sem uma orientação clara não configura, necessariamente, polos opostos, tampouco a caricatura de modos exclusivos de trabalho. Pelo contrário, propõe que a busca pela resposta para esta tensão frequentemente aponta para a saída a partir de um dos polos, tão somente. Como exemplo, Gomes (1999) aponta para os riscos do comunitarismo e idealismo como consequências da despreocupação com a teoria e da redução de todos problemas sociais à dimensão política. Os riscos do academicismo e do assistencialismo são igualmente indesejáveis visto que produzem resultados que se mostram irrelevantes na prática profissional em um contexto específico ou ainda o risco de mobilizar, mas não produzir autonomia das comunidades.

A recusa da objetividade científica como fundamento para ética que marca à crítica da psicologia desde a sua constituição como disciplina independente e é retomada pela PC, estabelece que a direção da transformação social deve advir do entendimento produzido em uma dada comunidade, ao invés de um ponto de vista supostamente neutro assumido pelo psicólogo-cientista-comunitário. Ao mesmo tempo, a questão metodológica que se impõe para a investigação neste campo é *como* determinar as condições do vínculo instaurado em uma dada comunidade, visto que não é possível ao investigador assumir o ponto de vista de lugar nenhum – mesmo que priorize a militância sobre a teoria? Por exemplo, quando psicólogos assumem que o objetivo último da intervenção é “a revolução socialista ou cidadã” (SAWAIA, 1996, p.47) ou “prevenir doenças antes mesmo que elas ocorram” (LEVINE, PERKINS e PERKINS, 2005, p.14) assumem valores para a prática profissional que, a despeito de uma busca por critérios racionais universais, devem ser debatidos na interface entre ciência, ética e epistemologia. A manutenção da tensão entre os dois polos como horizontes ou valores da prática da PC é uma condição que possibilita observar a construção deste debate e as direções para onde tem direcionado a prática profissional neste campo.

## REFERÊNCIAS

- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 2, n.1, 1997. Disponível em: CRUZ, L. R.; FREITAS, M.F.Q.; AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da Psicologia Comunitária. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (orgs). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010. Cap. 3.
- GOMES, A. M.A. Psicologia Comunitária: Uma Abordagem Conceitual. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1999, 1(2): 71-79.
- LEVINE, L.; PERKINS, D.; PERKINS, D.V. **Principles of Community Psychology: Perspectives and Applications**. 3 ed. New York: Oxford Oxford University Press, 2005
- MONTERO, M. La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos **Revista Latinoamericana de Psicología**, vol. 16, núm. 3, 1984, pp. 387-400

ORNELAS, J. Psicologia Comunitária: origens, fundamentos e intervenção. **Análise Psicológica**, São Paulo, v. 15, n. 3, 1997.

PRILLELETSKY, I.; NELSON, G. **Community psychology: in pursuit of well-being and liberation**. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

RAPPAPORT, J. **Community Psychology: Values Reserach na Action**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1977.

REVENSON, T.; D'AUGELLI, A.; FRENCH, S.; HUGHES, D.; SEIDMAN (Eds.). **A quarter century of community psychology: Readings from the American Journal of Community Psychology**. New York: Kluwer/Plenum, 2002.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F Campos (Org.). **Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia**. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA, R. C.; SIMON, C. P. Sobre a diversidade de sentidos de comunidade. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, pp. 39-46, jan./abr. 2005

## ESTUDANTES DE PSICOLOGIA (FADBA)

### ENVOIDOS NO PROJETO

Adriane Marques Leal Cardoso

Alex Rocha dos Santos Santana

Amanda Santos Batista

Angélica Silva Rodrigues

Audrey de Carita Teixeira Andrade

Bárbara Caroline da Rocha Santos

Bruna de Jesus Dias

Camila Jardim da Silva

Camila Lorraine de Souza Ferreira

Camila Marques Dantas

Cíntia Rafaeli Nunes Paulino Gonzalez

Cintya de Abreu Santana

Daynara Araujo Carvalho

Eduarda Loyana Ferreira dos Santos

Eliúde Araújo Abreu Goveia

Elizângela de Jesus Cruz

Elizeu da Silva Matias

Érica Almeida de Oliveira

Eryca Monallysa de Figueiredo Lira

Ester Lorrane Lucas de Almeida

Everaldo Santos da Silva Júnior

Felipe de Novaes Coelho

Franciara Santos Cerqueira

Francisca Daiane Borges de Oliveira

Francisca Tainara Silva de Souza

Gabriela Reis da Silva Santana

Gabriele Santos de Souza

Georgina Carmo do Amor Divino

Gilmária de Almeida Santos Pereira

Helder Hemerson Lukelo

Inaize Vânia Gomes de Souza Matos

Iole Cabral Nunes

Isabel Muniz dos Santos

Izabel Paulina Lemos Soares Rocha Lima

Jaiéli de Souza Santos

Jamile dos Santos Lima Almeida

Jescilda Leal Braga Magalhães

Jessica Aline Cardim Pinto

Jéssica de Lira Carmo

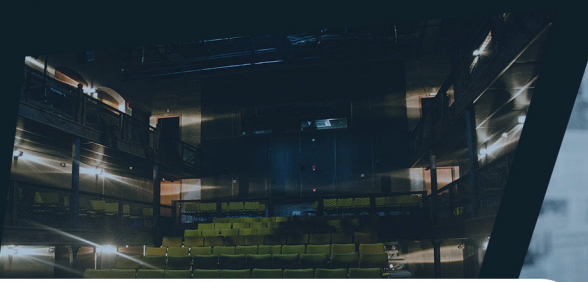
Jordannya Lima Damasio

José Jorge Freire dos Santos

Josenaldo Martins de Brito

Jurandi Santos Machado  
Karinnelle dos Angeles Nascimento  
Kedma Teixeira Santos  
Luciana Nair De Oliveira Pires  
Luis Gonzaga Lopes da Silva Neto  
Maria do Carmo Soares da Conceição  
Maria Eliza dos Santos  
Maria José Cerqueira Moraes  
Maria Luísa Lima Silva  
Michele Fernandes do Souza  
Michele Pereira Azeredo Weschenfelder  
Mirla Rasec Almeida da Silva  
Naguila Lainy Oliveira Santos  
Natalia Mozaity dos Santos Franca  
Nubiorlandia Rabelo Pastor Oliveira  
Osmar Borges Lima Filho  
Priscila Carvalho da Silva  
Raquel Santos Lima da Silva  
Rebeca Vilaronga Batista  
Ritiane Santos Ponsada  
Rodrigo Pinto de Souza  
Rosalma Passos Pereira dos Santos Almeida  
Rosangela dos Santos Caldas  
Sara Barbosa Lacerda  
Sindy Almeida da Rosa Cairo  
Suelane Louise da Silva Brito Macêdo  
Suellen Oliveira Souza  
Taiane de Almeida Rios  
Tamiris Nascimento Silva  
Tatiana Barbosa Gomes Ribeiro  
Thais Silva Oliveira  
Thaise Almeida de Carvalho  
Thaise Rocha da Silva Santos  
Thalita Maia e Maia  
Uerla Patricia dos Santos  
Vaneide Silva dos Santos Pacheco  
Vinicius Pereira Lima





**MOSAICO** *Capoeirucu*